

RELATÓRIO E CONTAS

1º Semestre 2026



ÍNDICE

01. Sobre este Relatório

- 1.1. Componentes deste Relatório
- 1.2. Bases de elaboração do Relatório e Contas
- 1.3. Enquadramento regulamentar

04. Enquadramento macroeconómico

- 4.1. Enquadramento económico mundial
- 4.2. Outras geografias de presença do grupo
- 4.3. Contexto económico de Angola
- 4.3. Principais alterações regulamentares em 2026 com foco no sector financeiro

07. Gestão do Risco

- 7.1. Síntese dos principais indicadores de risco (Individual)
- 7.2. Principais desenvolvimentos do período por entidades do Grupo
- 7.3. Perfil de risco do Grupo
- 7.4. Governo e organização da gestão do Risco do Grupo BAI
- 7.5. Principais riscos contemplados no sistema de gestão do risco

10. Demonstrações financeiras intercalares condensadas individuais

02. Principais indicadores

- 2.1. Indicadores individuais
- 2.2. Indicadores consolidados

05. Actividade e resultados

- 5.1. Actividade por segmentos de negócios
- 5.2. Tecnologia e Inovação
- 5.3. Análise financeira
- 5.4. Capital Humano

08. Estratégia e Sustentabilidade

- 8.1. Plano Estratégico 2022 – 2027
- 8.2. Estratégia ESG

11. Demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas

03. Perfil e Modelo de negócio

- 3.1. O Grupo BAI
- 3.2. Modelo de criação de valor
- 3.3. Reconhecimento e eventos

06. Modelo de Governo societário

- 6.6. Governo societário e Estrutura accionista
- 6.7. Estrutura do modelo de Governo societário BAI

09. Declaração de responsabilidade do CA

Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

1. Sobre este Relatório

1996

Fundação do BAI

Inicialmente designado por Banco Africano de Investimentos.



1.1. Componentes deste Relatório

O presente documento integra o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas semestrais e os respectivos Anexos, bem como os Pareceres do Auditor Externo e os Relatórios e Pareceres do Conselho Fiscal. Tem por objectivo apresentar o desempenho financeiro, a evolução da actividade e os principais acontecimentos do Banco Angolano de Investimentos, S.A. – Sociedade Aberta (“BAI” ou “Banco”) e do Grupo BAI, assim como os seus compromissos estratégicos e perspectivas futuras.

1.2. Bases de elaboração do Relatório e Contas

O Banco elabora o seu Relatório de Gestão de acordo com boas práticas internacionais de reporte integrado, com o objectivo de agregar, num único documento, a informação material para as suas partes interessadas, proporcionando uma visão clara e integrada do seu desempenho económico, financeiro, social e de governação.

Este relatório contém informação relativa ao BAI e às respectivas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, reportando-se ao período compreendido entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2026.

As bases de preparação, os princípios contabilísticos, os critérios de reconhecimento e mensuração e as demais divulgações aplicáveis especificamente às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas encontram-se descritos nos respectivos Anexos (capítulos 10 e 11), não sendo substituídos ou reproduzidos na presente secção.

1.3. Enquadramento regulamentar

O presente Relatório dá cumprimento às disposições legais e regulamentares aplicáveis em Angola, nomeadamente:

- Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais, bem como a demais legislação aplicável ao relato financeiro;
- Lei n.º 14/21, de 19 de Maio, Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras;
- Lei n.º 22/15, de 31 de Agosto, que aprova o Código dos Valores Mobiliários, quando aplicável.

Na elaboração do presente relatório, o Banco observa igualmente princípios e práticas de referência internacional, incluindo:

- Boas práticas de transparência e governação corporativa;
- Princípios de sustentabilidade e responsabilidade social alinhados com a sua estratégia;
- Compromissos de inclusão financeira, inovação tecnológica e apoio ao desenvolvimento da economia nacional.

2. Principais indicadores

1998

BAI Europa

Expansão internacional com abertura da filial em Lisboa (que daria origem ao BAI Europa em 2022).



2.1. Indicadores individuais

Montantes expressos em mil milhões de kwanzas, excepto quando indicado de outra forma		Jun.25	Dez.25	Jun.26	Var. Jun.26/Dez.25	
					Abs.	%
Balanço	Activo líquido	4 921	5 040	5 320	281	6%
	Crédito líquido ¹	940	1 361	1 364	3	0,2%
	Recursos de clientes	3 836	3 797	4 105	309	8%
	Fundos Próprios	812	939	914	(25)	(3%)
Homóloga						
Resultados	Margem financeira	182	379	219	36	20%
	Margem complementar	132	182	41	(91)	(69%)
	Produto bancário	314	561	260	(54)	(17%)
	Custos de estrutura	92	201	110	17	19%
	Resultado líquido	178	296	116	(63)	(35%)
Funcionamento	Colaboradores BAI ²	1 981	2 038	2 057	19	1%
	Total de canais de distribuição ³	928	1 018	1 132	114	11%
	Clientes activos ⁴	2 680 712	2 853 434	3 088 238	234 804	8%
	Utilizadores BAI Directo	939 638	983 943	1 024 978	41 035	4%
	ATM activos	642	707	775	68	10%
	TPA activos	34 316	34 422	34 143	(279)	(1%)
	Cartões activos ⁵	1 845 183	1 965 376	2 084 773	119 397	6%
Rentabilidade e Eficiência	ROAE	46,8%	35,8%	24,6%	(22,2 p.p.)	-
	ROAA	7,5%	6,2%	4,4%	(3,1 p.p.)	-
	Cost-to-income Ratio	29,4%	35,8%	42,5%	13,1 p.p.	-
Liquidez e gestão de fundos	Rácio de transformação (Crédito bruto / Depósitos)	31,5%	43,4%	40,8%	(2,6 p.p.)	-
	Rácio de liquidez agregado	399%	611,0%	346,9%	(264,0 p.p.)	-
Qualidade dos activos	Rácio de crédito em incumprimento (+90 dias)	7,7%	4,7%	6,4%	1,7 p.p.	-
	Rácio de cobertura do crédito por imparidades	22,3%	17,4%	18,6%	1,2 p.p.	-
	Rácio de cobertura do crédito em incumprimento por imparidades	288,1%	373,0%	291,9%	(81,1 p.p.)	-
	Total crédito / Total activo	24,6%	32,7%	31,4%	(1,3 p.p.)	-
Adequação do capital	Rácio de imobilizado	23,6%	22,4%	27,9%	5,5 p.p.	-
	Fundos Próprios Regulamentares	765	880	849	(31)	(4%)
	Rácio de Fundos Próprios Regulamentares	26,4%	26,5%	25,6%	(1 p.p.)	-

¹ Crédito a clientes, líquido de imparidades; ² excluindo órgãos sociais; ³ O total de canais de distribuição corresponde a Dependências e Agências (155); Postos dos Agentes bancários (889) e ATM Center (88);

⁴ Número de clientes activos (BNA) - regras do mapa SSIF, entidades sem duplicados; ⁵ corresponde a cartões de débito Multicaixa.



2.2. Indicadores consolidados

Montantes expressos em mil milhões de kwanzas, excepto quando indicado de outra forma		Jun.25	Dez.25	Jun.26	Var. Jun.26/Dez.25	
					Abs.	%
Balanço	Activo líquido	5 989	6 192	6 526	334	5%
	Crédito líquido ¹	1 404	1 872	1 868	(4)	(0,2%)
	Recursos de clientes	4 489	4 518	4 813	294	7%
	Fundos Próprios	993	1 130	1 114	(16)	(1%)
Homóloga						
Resultados	Margem financeira	203	421	243	40	20%
	Margem complementar	141	187	46	(95)	(67%)
	Margem técnica da actividade de seguros	14	44	26	12	86%
	Produto da actividade bancária e seguradora	358	653	315	(43)	(12%)
	Custos de estrutura	122	264	148	25	21%
	Resultado líquido	191	317	129	(63)	(33%)
Rentabilidade e eficiência	ROAE	41,2%	31,8%	23,0%	(18,3 p.p)	-
	ROAA	6,7%	5,4%	4,0%	(2,6 p.p)	-
	Cost-to-income Ratio	34,2%	40,4%	46,9%	12,7 p.p	-
Liquidez e gestão de fundos	(%) Rácio de transformação (Crédito bruto / Depósitos)	37,5%	48,0%	45,5%	(2,5 p.p)	-
Qualidade dos activos	Rácio de crédito em incumprimento (+90 dias)	5,8%	3,7%	5,2%	1,4 p.p	-
	Rácio de cobertura do crédito por imparidades	16,6%	13,7%	14,6%	0,9 p.p	-
	Rácio de cobertura do crédito em incumprimento por imparidades	288,2%	368,5%	283,0%	(85,5 p.p)	-
	Perda líquida de crédito	(1,5%)	(1,6%)	(0,8%)	0,8 p.p	-
	Total crédito / Total activo	28,1%	35,0%	33,5%	(1,5 p.p)	-
Adequação do capital	Fundos Próprios Regulamentares	973	1 067	1 048	(19)	(2%)
	Rácio de Fundos Próprios Regulamentares	28,3%	24,8%	23,6%	(1,1 p.p)	-

1. Crédito a clientes, líquido de imparidades;

3. Perfil e Modelo de Negócio

2007

BAI Directo

Plataforma de internet banking para operações bancárias totalmente online.



BAIDIRECTO

Assim é fácil!

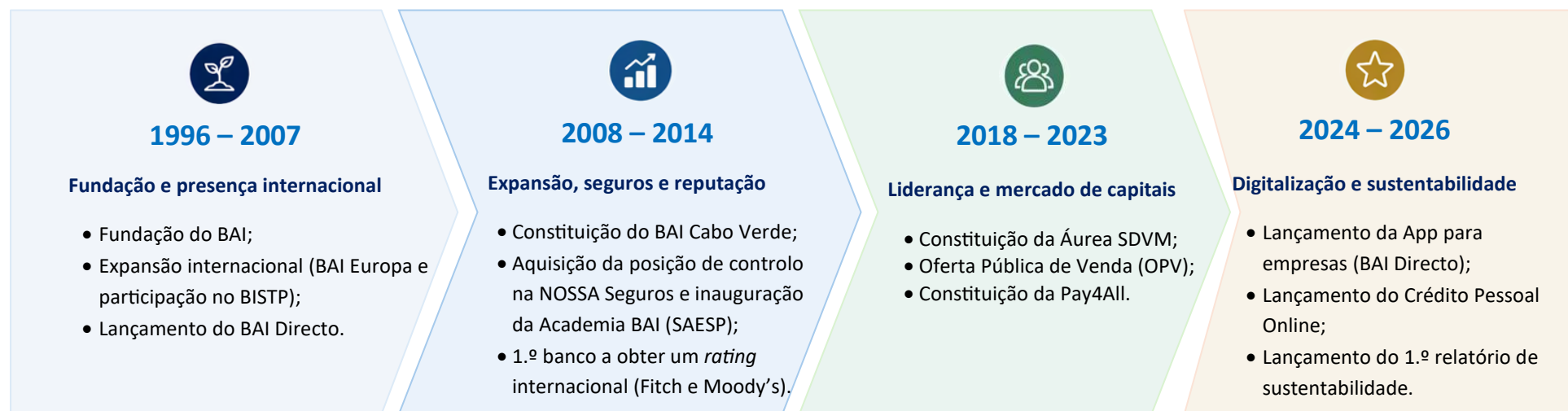


3.1. O Grupo BAI

O Grupo BAI desenvolve a sua actividade nos sectores bancário, segurador, serviços e actividades de investimento em valores mobiliários, gestão de activos e serviços de pagamento. Com uma presença consolidada em Angola e participações internacionais, o Grupo pauta a sua actuação pela inovação, criação de valor sustentável para os seus clientes, accionistas, colaboradores e para a sociedade em geral e apoio ao desenvolvimento económico do País.

O Banco integra a Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA) na qualidade de membro de negociação e liquidação, reforçando o seu posicionamento como um dos principais intervenientes do mercado financeiro nacional. Ao longo dos seus 30 anos de actividade, o BAI consolidou-se como uma instituição de referência no sector. Reconhecido por ter sido o primeiro banco privado com capital nacional, desempenhou um papel pioneiro e determinante na modernização e no desenvolvimento do sistema financeiro do País.

Principais marcos históricos



Estrutura do Grupo e presença geográfica

O Grupo integra um ecossistema que agrega um portefólio de filiais estratégicas, que prestam serviços bancários, financeiros e não financeiros tanto em Angola como a nível internacional.

Entidade	Sector de actividades	Localização	% Participação directa	% Participação Efectiva
BAI - Banco Angolano de Investimentos, S.A.	Bancário	Angola	Empresa-mãe	-
BAIE - BAI Europa, S.A.	Bancário	Portugal	99,99%	99,99%
BAICV - BAI Cabo Verde, S.A.	Bancário	Cabo Verde	81,63%	81,63%
BISTP - Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L	Bancário	São Tomé e Príncipe	25,00%	25,00%
NOSSA - Nova Sociedade Seguros Angola, S.A.	Seguros	Angola	72,24%	72,24%
ÁUREA SDVM, S.A.	Distribuição de valores mobiliários	Angola	99,92%	100,00%
ACP - Angola Capital Partners LLP	Gestão de fundos	Estados Unidos da América	47,50%	47,50%
FIPA I - Fundo Privado de Investimentos de ANGOLA, SICAV-SIF*	Fundo de investimento	Luxemburgo	25,64%	25,64%
FIPA II - Fundo Privado de Investimentos de ANGOLA, SICAV-SIF	Fundo de investimento	Luxemburgo	37,90%	37,90%
SAESP - Sociedade Angolana de Ensino Superior, S.A.	Ensino	Angola	20,00%	100,00%
FBAI - Fundação BAI	Actividades sociais	Angola	100,00%	100,00%
Pay4All - Prestação de Serviços, S.A.	Financeiro não bancário	Angola	83,86%	91,02%
BAI Invest, S.A.	Gestão de participações sociais	Angola	n.a.	100,00%
BAI SGPS - Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.	Gestão de participações sociais	Angola	n.a.	100,00%
Imogestin, S.A.	Imobiliário	Angola	n.a.	50,00%
SODIMO - Sociedade de Desenvolvimento Imobiliário, S.A.	Imobiliário	Angola	n.a.	24,00%
SOPROS - Sociedade Angolana de Promoção de Shoppings, S.A.	Gestão e exploração de shoppings	Angola	n.a.	20,00%

*Em liquidação

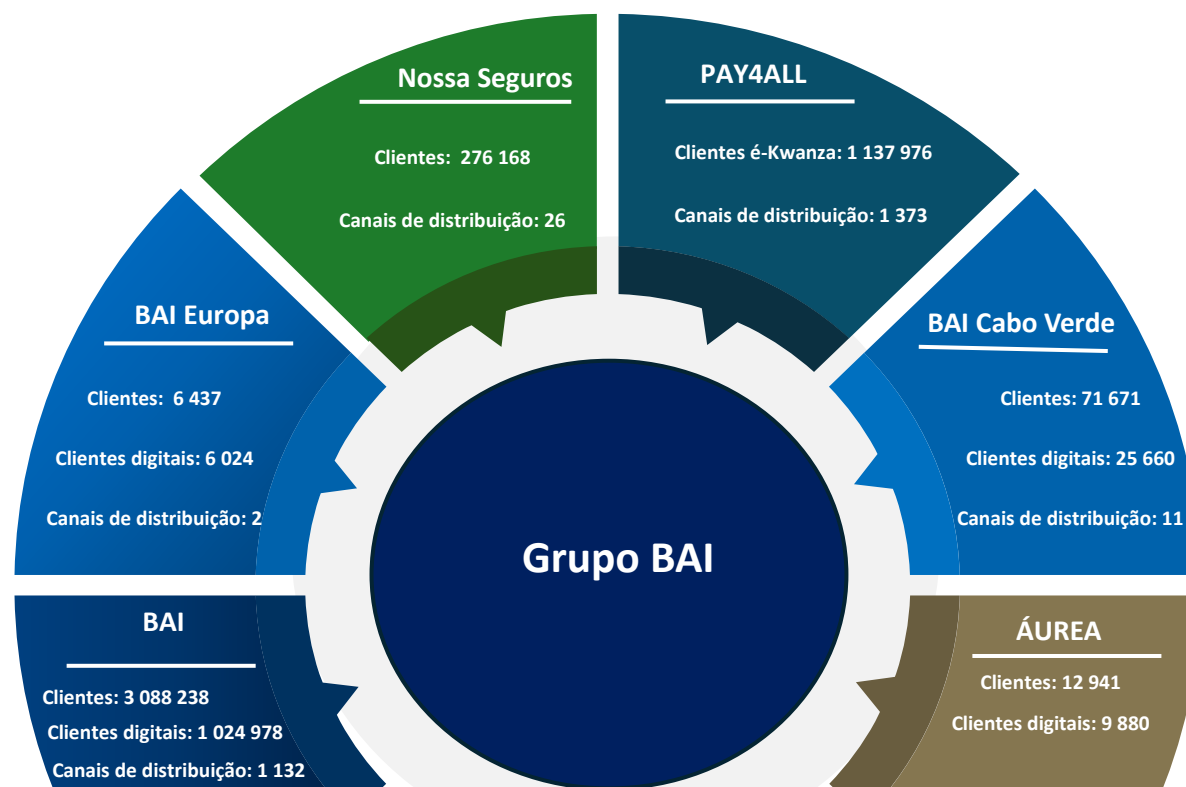
Segmentos de actividade do Grupo

Para além do seu *core* financeiro, o Grupo exerce actividades em sectores não financeiros que complementam a sua cadeia de valor e reforçam o seu compromisso com o desenvolvimento económico e social do País. Estas actividades integram-se de forma estratégica na visão de crescimento sustentável do Grupo, contribuindo para a ampliação da sua presença em sectores complementares e para a criação de valor.

		BAI	BAIE	BAI CV	NOSSA	ÁUREA	Pay4All
Banca Retalho	Centra-se, essencialmente, em operações de concessão de crédito e na captação de recursos relacionados com clientes particulares, atendimento através da rede de balcões e <i>internet banking</i> e, no caso de Angola, <i>mobile</i> e <i>SMS banking</i> .						
Banca Comercial	Centra-se, essencialmente, na captação de recursos relacionados com o segmento de empresas e instituições e na concessão de crédito, incluindo o financiamento de exportações.						
Banca Privada	Agrega toda a actividade associada a clientes do segmento <i>private/premium</i> .						
Banca de Investimento	Abrange a prestação de serviços de assessoria financeira e soluções integradas de financiamento para realização e desenvolvimento do negócio, incluindo o repasse de recursos.						
Banca Correspondente	Envolve a prestação de serviços de pagamentos em moeda estrangeira, gestão de contas <i>vostro</i> e operações nos mercados internacionais (principalmente operações cambiais).						
Actividade Seguradora e Gestão de Fundos de Pensões	Abrange os seguros dos ramos vida e não vida, bem como a gestão de fundos de pensões.						
Serviços e actividades de investimento em valores mobiliários	Originação e estruturação de operações financeiras no mercado primário e negociação de valores mobiliários no mercado secundário.						
Sociedade Prestadora de Serviço de Pagamentos	Envolve a prestação de serviços de pagamentos.						

Indicadores de funcionamento do Grupo

O Grupo assegura uma presença relevante nos mercados onde actua, suportada por uma base diversificada de clientes e por uma rede abrangente de canais de distribuição. Nesta figura, apresentam-se os principais indicadores relativos ao número de clientes e de canais de distribuição das entidades incluídas no perímetro de consolidação, sobre as quais detém controlo efectivo.



3.2. Modelo de criação de valor

O BAI pauta a sua actuação por elevados padrões de governação, inovação, solidez financeira e criação sustentável de valor para os seus *stakeholders*, posicionando-se como um banco universal.

O Banco desenvolve a sua actividade com base num modelo de negócio diversificado, suportado por uma oferta abrangente de produtos e serviços financeiros orientados para as necessidades dos diferentes segmentos de clientes.

Paralelamente, o Banco beneficia das sinergias geradas no âmbito do Grupo, factor que contribui para o reforço da sua capacidade competitiva e para a oferta de soluções financeiras mais abrangentes, integradas e diferenciadoras, criando valor sustentável para os clientes e demais partes interessadas.

Rede de distribuição e canais

A disponibilização da oferta do Banco é assegurada através de uma rede de distribuição multicanal integrada, que congrega canais físicos e digitais, incluindo agências e dependências, ATM Center, postos de agentes bancários e a plataforma BAI Directo (Mobile, SMS e Internet banking), assegurando cobertura abrangente em todo o território nacional, com presença física em 20 províncias, organizada em 19 regiões comerciais.

No 1.º semestre de 2026, o Banco aumentou para 1 132 a sua rede de canais de distribuição, mais 11% comparativamente a Dezembro de 2025.

Evolução da rede de distribuição

	Jun.25	Dez.25	Jun.26	Var. (%)
				Jun.26/Dez.25
Total de canais de distribuição	928	1 018	1 132	11%
Dependências e agências	154	154	155	1%
Postos de agentes bancários	733	794	889	12%
ATM Center	41	70	88	26%

Canais alternativos

Em linha com a estratégia de transformação digital e inclusão financeira, o BAI conta com o BAI Directo, os ATM Centers e os postos de Agentes Bancários, em alternativa aos canais tradicionais, consolidando uma oferta cada vez mais integrada, segura e orientada para as necessidades dos clientes.

BAI Directo

O BAI continuou a investir na evolução do BAI Directo, reforçando o seu ecossistema digital e elevando os padrões de eficiência, flexibilidade, autonomia e segurança no acesso aos serviços bancários.

Entre as inovações destacadas no primeiro semestre de 2026, sublinham-se:

- Validação de extractos/comprovativos no portal institucional.
- Validação através de leitura biométrica.
- Pagamento de RUPE no SIAC.
- STC Rupe (BAI Directo empresas).
- Pagamentos em Massa (BAI Directo empresas).

1 024 978

Utilizadores activos

68 988

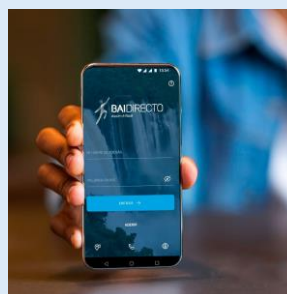
Novas adesões

Com mais de 100 funcionalidades activas, o BAI Directo afirma-se como referência nacional em inovação tecnológica bancária, com impactos concretos na adesão aos canais digitais, no volume de transacções e na sustentabilidade do modelo de negócio.

2007 ➡



2016 ➡



2026 ➡



ATM Centers

O BAI continuou a reforçar a rede de ATM Centers, consolidando este canal como um importante ponto de acesso aos serviços bancários de auto-atendimento. Até Junho de 2026, registava-se um total de 88 ATM Centers, mais 18 face a Dezembro de 2025, encontrando-se actualmente distribuídos por 45 municípios e 17 províncias, contribuindo para o fortalecimento da presença territorial do Banco e para a promoção da inclusão financeira.



Em termos de distribuição geográfica, Luanda concentra 32 ATM Centers (36,4% da rede), seguida por Benguela, com 7 pontos, Cunene, com 6 pontos, Huíla, Cuanza-Sul e Namibe, com 5 pontos cada, Bengo, Icolo e Bengo e Cubango com 4 pontos cada, Huambo e Lunda Norte com 3 pontos cada, Cabinda, Malanje, Moxico e Zaire com 2 pontos cada e Bié e Lunda Sul com 1 ponto cada, evidenciando uma estratégia de expansão orientada para o alargamento da cobertura nacional e o reforço da acessibilidade aos serviços bancários.

Agentes bancários

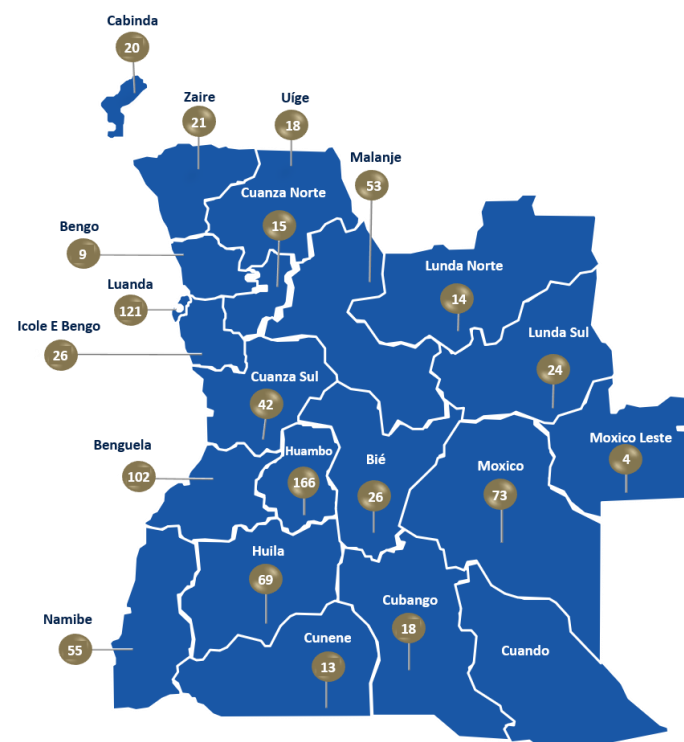
No primeiro semestre de 2026, os postos de Agentes Bancários continuaram a expandir-se, de 794 no final de Dezembro de 2025 para 889, mais 12%, com presença em 129 municípios de 20 províncias do País.

A província do Huambo lidera a rede com 166 agentes bancários activos, seguida de Luanda (121) e Benguela (102), com destaque ainda para o Moxico (73), a Huíla (69) e o Namibe (55), reflectindo uma distribuição cada vez mais abrangente da rede a nível nacional.

O crescimento da rede resultou da estratégia de reforço da inclusão financeira e da proximidade aos clientes, complementada por um processo de optimização operacional que incluiu o encerramento de postos com reduzida sustentabilidade ou potencial de negócio.

Durante o período, o Banco reforçou as acções de formação e capacitação dos Agentes Bancários, visando a melhoria dos padrões de atendimento ao cliente e o cumprimento dos requisitos regulamentares.

Distribuição dos postos de agentes bancários por província



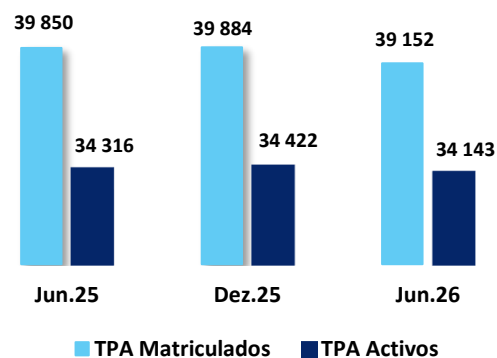
Meios de pagamento

O Banco mantém uma posição de referência no sistema de pagamento nacional, tendo reforçado a sua liderança através da consolidação e expansão da sua rede de auto-serviço e de aceitação de pagamentos.

Terminais de Pagamento Automático

O BAI manteve a trajectória de expansão da conveniência transaccional para os clientes, registando, no período em análise, 39 152 Terminais de Pagamento Automático (TPA) matriculados, dos quais 87% se encontravam activos, reforçando a posição de referência no mercado. Comparativamente a Dezembro de 2025, observou-se um decréscimo de aproximadamente 1% nos terminais activos, reflexo do processo de higienização e racionalização do parque de equipamentos durante o semestre.

Evolução dos TPA

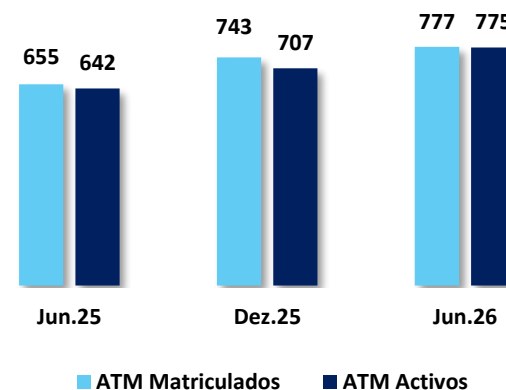


21% Quota de mercado activos

Caixas automáticos

O BAI consolidou a sua posição de liderança no sistema financeiro nacional, expandindo a rede de ATM (ATM – Automated Teller Machines) para 775 máquinas activas em Junho de 2026, representando um aumento de 9,6% relativamente a Dezembro de 2025.

Evolução dos ATM



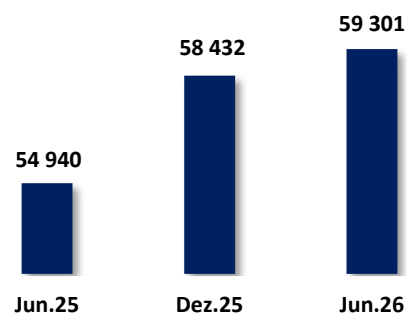
84% Quota de mercado

99,7% Taxa de operacionalização

Máquinas de Depósitos Automáticos

Relativamente às Máquinas de Depósitos Automáticos (MDA), o BAI continuou a afirmar a liderança no mercado, alcançando um parque instalado de 191 equipamentos no primeiro semestre de 2026. O crescimento de 19 máquinas face a Dezembro de 2025 evidencia o compromisso do Banco com o reforço da capilaridade da rede e a proximidade aos clientes, contribuindo simultaneamente para a consolidação das MDA como um canal estratégico para depósitos e optimização da rede de atendimento.

Volume transacionado MDA (M Kz)



+19 Máquinas

Junho de 2026

822 373 Transacções
Junho de 2026

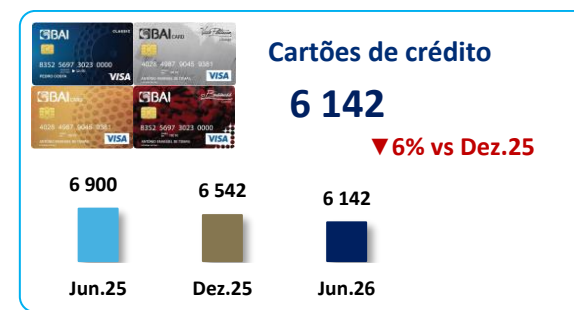
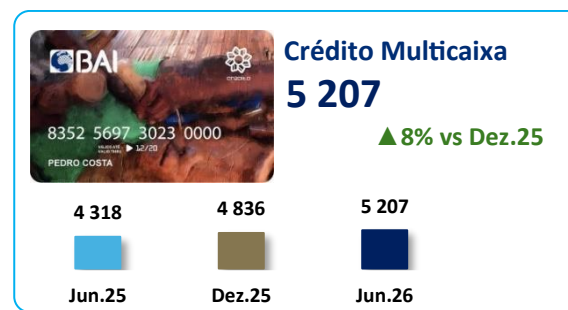
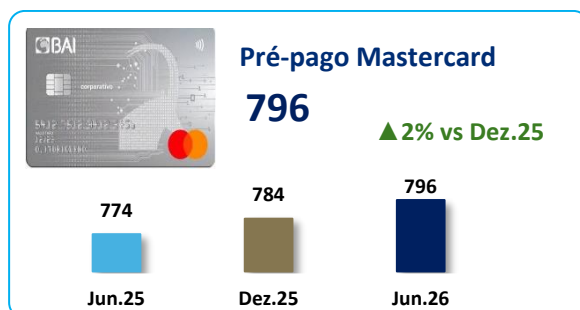
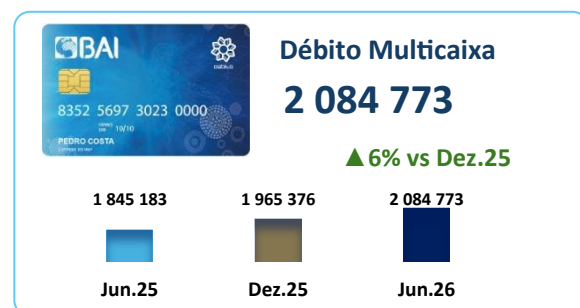
O desempenho das MDA reflecte a crescente adopção e valorização deste canal pelos clientes, impulsionada pelo reforço da eficiência operacional e pela melhoria contínua da experiência de utilização. Estes factores permitiram consolidar as MDA como um canal estratégico para a realização de depósitos, contribuindo para a optimização da rede de atendimento e para o reforço da proposta de valor do Banco.



Cartões de Pagamento

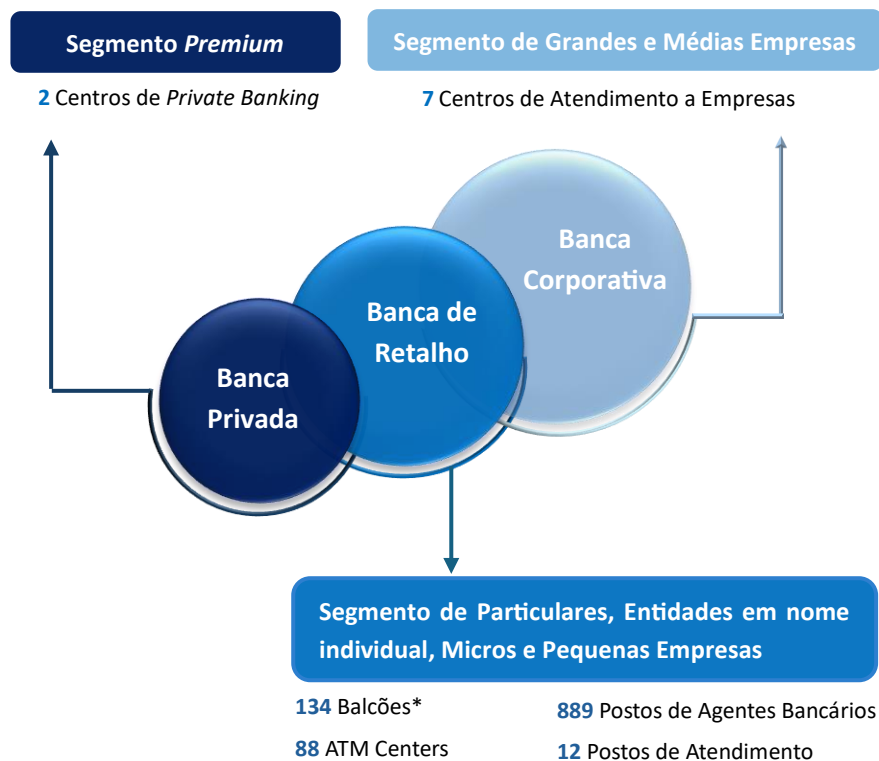
No período em análise, o BAI registou um crescimento da sua carteira de cartões de pagamento activos, reflexo da dinâmica comercial do Banco, do contínuo alargamento da base de clientes e da crescente utilização de meios electrónicos de pagamento. Os cartões de débito Multicaixa mantiveram-se como o principal instrumento de pagamento, atingindo 2 084 773 unidades, o que corresponde a um crescimento de 6% face a Dezembro de 2025.

Observou-se igualmente um aumento do número de cartões Multicaixa de crédito (+8%) e de cartões pré-pagos Mastercard (+2%), evidenciando uma maior adesão dos clientes a soluções de pagamento diversificadas.



Segmentos de clientes

O BAI estrutura a sua oferta comercial com base na segmentação dos clientes em Particulares e Empresas. Esta arquitectura comercial reforça a capacidade de desenvolvimento do negócio, permite uma abordagem mais ajustada às necessidades específicas de cada segmento e contribui para a consolidação do posicionamento institucional do Banco e para a criação de valor.



*Inclui 1 balcão virtual (BAI Directo), que complementa a rede de distribuição e assegura o atendimento transversal aos segmentos de Banca de Retalho, Banca Corporativa e Banca Privada.

Oferta de produtos e serviços

O BAI assegura uma oferta financeira abrangente e integrada, dirigida às necessidades de particulares, empresas e investidores institucionais, que combina soluções transaccionais, de poupança e investimento, financiamento, gestão patrimonial, bem como o apoio à actividade empresarial e seguros.

A proposta de valor assenta em três pilares:

01 Oferta adaptada às necessidades dos clientes
Soluções desenhadas por segmento, com diversificação da oferta por canal.

02 Proximidade e conveniência
Experiência do cliente no centro da operação, com simplificação e automatização de processos críticos.

03 Inclusão financeira e digital
Rede de agentes bancários, contas simplificadas, internet gratuita em agências e espaços públicos e soluções 100% digitais.

A oferta do Banco organiza-se em torno das principais necessidades, que marcam a relação do cliente particular, empresas e instituições, visando o desenvolvimento da economia nacional e responder às necessidades dos clientes:

Cientes Particulares

Banca do quotidiano	Projectos	Poupança e futuro	Protecção
• Contas à ordem e simplificadas • Cartões de débito Multicaixa • Cartões pré-pagos Kamba e Multicaixa • Domiciliação de salários.	• Crédito à habitação e automóvel • Crédito Pessoal Online (CPO) - 100% digital. • Crédito Adianta Já.	• Produtos de poupança e investimentos • Depósitos com taxas competitivas • Gestão de fundo de pensões (NOSSA) • Acesso ao mercado de capitais – ÁUREA SDVM.	• <i>Bancassurance</i> em parceria com a NOSSA Seguro: seguros Vida e Não Vida • Produto Vida Digital, integrado no Crédito Pessoal Online.
+119 397 cartões Multicaixa activos	+35 699 adesões ao CPO face a Dez.25	+52 573 adesões no DP NET	+35 699 adesões no produto Vida Digital

Clientes Empresas e Instituições

Operações e Transacções

- Contas empresariais
- TPA (incluído TPA isentos de taxas em postos de combustível)
- Soluções de pagamentos e recebimentos
- Pagamentos em moeda estrangeira e operações nos mercados internacionais.

+3 757 novas contas empresas

Gestão de tesouraria e Financiamento

- Crédito Facilidade de Tesouraria.
- Soluções de aplicação de excedentes de liquidez.
- Assessoria financeira, estruturação e colocação de instrumentos de dívida.
- Liquidação de operações do mercado secundário e intermediação através da ÁUREA.

+ 1 088 créditos concedidos

Sustentabilidade, crescimento e inclusão

- Crédito BAI Modernização e Expansão
- Crédito Crescer Mulher
- Crédito ECO Futuro.

+ 60 solicitações no Crédito BAI Modernização e Expansão

Banca digital e protecção

- BAI Directo Empresas
- Canais automáticos e soluções digitais de gestão
- Rede de agentes bancários ao serviço da bancarização dos negócios
- Seguros empresariais em parceria com a NOSSA Seguros.

+836 novas empresas no BAI Directo

Clientes Premium (Banca Privada)

A pensar nas necessidades específicas dos clientes de maior património, o BAI disponibiliza uma oferta integrada de produtos, serviços e soluções especializadas, assegurando um acompanhamento personalizado e diferenciador em todas as fases do seu percurso financeiro e patrimonial.

Operações e investimento

- Contas prestige/private
- Depósitos a prazo com taxas competitivas
- Taxas atractivas em soluções de aplicação
- Produtos exclusivos ou com condições especiais.

Produto exclusivo:
Cartão Platinum

Benefícios exclusivos

- Gestor dedicado e atendimento personalizado
- BAI concierge
- Rede de parceiros exclusivos
- Serviço de cartório personalizado e apoio documental.

1 129 clientes com gestor dedicado





3.3. Relações com Investidor

No primeiro semestre de 2026, as acções do BAI mantiveram uma trajectória positiva, com a cotação de fecho a aumentar de 94 500 Kz em Dezembro de 2025 para 101 500 Kz em Junho de 2026.

O desempenho da acção do BAI foi marcado por uma valorização dos múltiplos de mercado e por um aumento da actividade transaccional ao longo do período em análise.

Em termos anualizados, o rácio Price-to-Earnings aumentou para 8,5 vezes em Junho deste ano, acima das 6,2 vezes registados em Dezembro de 2025, reflectindo, simultaneamente, o efeito da descida dos resultados do período e o aumento do preço por acção. Ao mesmo tempo, o Price-to-Book passou de 2,0 vezes para 2,2 vezes, mantendo a acção a negociar acima do seu valor contabilístico.

Em linha com esta evolução, o BAI manteve a posição de empresa com a maior capitalização bolsista do mercado, a qual ascendeu a 1 974 mil milhões de kwanzas, correspondendo a um aumento de 14% face a Junho de 2025. A liquidez também registou melhorias assinaláveis, traduzidas no crescimento do volume e da quantidade de acções transaccionadas, sinalizando um maior interesse dos investidores e o aprofundamento contínuo do mercado.

O mercado accionista continua a desenvolver-se e a diversificar-se, encerrando o semestre com cinco emitentes cotados em bolsa, designadamente três instituições bancárias (BAI, BCGA e BFA), uma sociedade gestora de mercados regulamentados (BODIVA) e uma companhia seguradora (ENSA Seguros). Após o encerramento do período em análise, o mercado registou um novo marco com o lançamento da Oferta Pública de Venda da UNITEL, elevando para seis o número de entidades cotadas, adicionando um sector diferente dos existentes.

Indicadores relativos à acção BAI

	Unidade	Jun.25	Dez.25	Jun.26
Cotações				
Cotação máxima	Kz	90 000	120 850	116 000
Cotação mínima	Kz	53 002	53 002	89 000
Cotação média	Kz	65 863	82 797	102 267
Cotação de fecho	Kz	89 000	94 500	101 500
Indicadores				
Número de acções em circulação	Nº	19 450 000	19 450 000	19 450 000
Price-to-Earnings (anualizado)	Nº*	4,9	6,2	8,5
Price-to-Book	Nº	2,1	2,0	2,2
Capitalização bolsista de fecho	mM Kz	1 731	1 838	1 974
Liquidez				
Volume transaccionado	mM Kz	0,8	2,5	6,0
N.º de acções transaccionadas	Nº	8 735	26 546	59 224

*Número de vezes.

No primeiro semestre de 2026, destacam-se os seguintes eventos e datas, no âmbito da comunicação e relações com investidores:

- 28.01.2026 – Comunicado ao mercado sobre o resultado da emissão obrigacionista BAI 2026-2031;
- 23.02.2026 – Convocatória para a Assembleia Geral de 2026;
- 25.03.2026 – Realização da Assembleia Geral de 2026;
- 25.04.2026 – Divulgação ao mercado do resultado anual do exercício 2025;
- 13.04.2026 – Distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2025;
- 30.04.2026 – Divulgação de contas relativas ao 1.º Trimestre de 2026.

Rating

Entidades		Rating	Outlook	Data da última acção	Data da última alteração
BAI	 (Issuer Default Rating)	B-	Estável	08.01.2026	18.01.2024
	 (Long Term Debt/Issuer Rating)	B3	Estável	05.12.2025	11.12.2024

Em 2026, a Fitch confirmou os *ratings* do BAI e da NOSSA Seguros em B-, com *outlook* estável, mantendo inalteradas as classificações nas duas avaliações realizadas.

Entidades		Rating	Outlook	Data da última acção	Data da última alteração
NOSSA Seguros	 (Issuer Default Rating)	B-	Estável	27.05.2026	05.10.2023

3.4. Reconhecimento e eventos

Durante o período em análise, o Banco foi amplamente reconhecido, tanto a nível nacional como internacional, pela sua actividade, solidez, inovação e desempenho:



Top Mais Kwanza 2025

Melhor Banco Comercial de Angola e o BAIDirecto como o Melhor Aplicativo de Internet Banking.



Reconhecimento do INSS

Distinção pelo cumprimento exemplar das obrigações contributivas no âmbito da Segurança Social.



Global Tourism Fórum

Participação, como parceiro estratégico, no Global Tourism Fórum – Angola Investment Summit 2026.



STP Awards 2025

Excelência de Qualidade em pagamentos comerciais e transferências bancárias pelo Commerzbank.



World Finance Banking Awards 2026

Melhor Grupo Bancário em Angola nos World Finance Banking Awards 2026.



Prémio Tchiluanda

Maior Capitalização Bolsista em 2025, firmando-se como a empresa mais valiosa da BODIVA.



Assinatura de Memorando BAI e MINTUR

Uma parceria que prevê soluções de financiamento para operadores turísticos, serviços digitais especializados e benefícios associados à Plataforma Visit Angola.



ANGOTIC 2026

Reafirmação do compromisso com a inovação, transformação digital e o desenvolvimento sustentável de Angola.



Sustentabilidade

Reforço do compromisso do banco com a sustentabilidade ao subscrever a Carta de Compromisso do Sector Bancário Angolano para com o Financiamento Sustentável, promovida pela ABANC.



Lançamento das obrigações BAI 2026–2031

A segunda iniciativa do género, que reforça a solidez, a confiança e o compromisso do Banco em criar soluções alternativas de investimento.



NOSSA SEGUROS

Prémio Forbes – Reconhecimento no âmbito da responsabilidade Social.



International Investor Magazine

Banco Mais Inovador e Melhor Banco de Angola.



Reconhecimento | Indicador de avaliação de Qualidade das Provedorias

Melhor desempenho na prestação de serviços e produtos comerciais.



Global Finance

Melhor Banco de Angola em 2026.



ÁUREA | Prémios Tchiluanda

Maior Número de Integrações na CEVAMA; Membro com Maior Número de Negócios Realizados; Maior Montante Negociado no Mercado de Bolsa de Títulos do Tesouro.



NOSSA SEGUROS

Prémio Africano de Liderança em Inovação de Seguros.



SAESP

Academia BAI distinguida com o selo “Angola Love Experience” na Gala Escolha do Consumidor 2026.

Espaço digital

A transformação digital continua a assumir-se como um dos principais vectores de aproximação entre o BAI e os seus *stakeholders*. Neste âmbito, o Banco tem vindo a fortalecer a sua presença digital, investindo no desenvolvimento de canais de comunicação cada vez mais acessíveis, interactivos e alinhados com as melhores práticas internacionais de *engagement* e relacionamento.

Os resultados alcançados reflectem a eficácia desta estratégia. No primeiro semestre deste ano, o portal institucional do BAI registou 3 035 050 acessos, confirmando a elevada procura pelos conteúdos, serviços e informações disponibilizados pelo Banco através dos seus canais digitais.

Complementarmente, o BAI continua a reforçar a sua actuação nas principais redes sociais, potenciando a proximidade com os clientes, a partilha de informação relevante e a valorização da sua marca junto de um público cada vez mais conectado.



FACEBOOK

Nº de seguidores: **856 935**
 Alcance total: **317 698**
 Interacções: **85 560**
 Visualizações: **5,6 M**



LINKEDIN

Nº de seguidores: **249 453**
 Alcance total: **1 346 881**
 Interacções: **102**
 Visualizações: **2 612 419**



YOUTUBE

Nº de seguidores: **31 016**
 Impressões: **420 062**
 Interacções: **150 803**
 Visualizações: **149 000**



X (TWITTER)

Nº de seguidores: **14 639**
 Impressões: **43 333**
 Interacções: **731**



INSTAGRAM

Nº de seguidores: **77 301**
 Impressões: **402 096**
 Interacções: **27 493**
 Visualizações: **5,6 M**

4. Enquadramento macroeconómico

2008

BAI Cabo Verde

Constituição do BAI Cabo Verde na Cidade de Praia.





4. Enquadramento macroeconómico

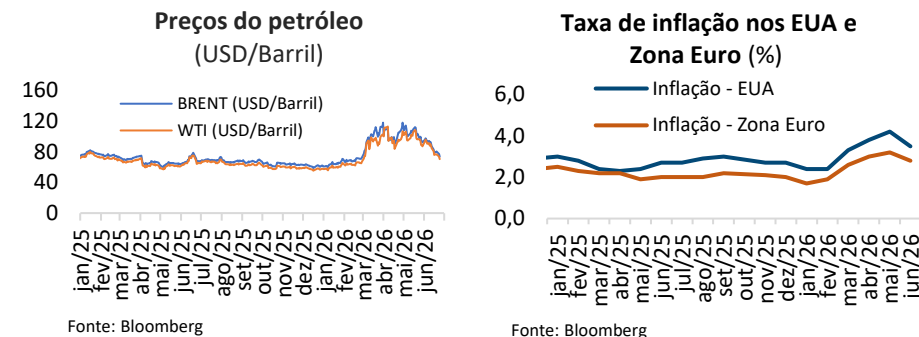
No primeiro semestre de 2026, o enquadramento macroeconómico foi determinado por três factores: a subida e subsequente correcção dos preços do petróleo, na sequência do conflito no Médio Oriente; a continuidade do processo de desinflação em Angola, que sustentou a flexibilização da política monetária; e a estabilidade do kwanza face ao dólar. Estes factores condicionaram a formação da margem financeira, a procura de crédito e a gestão da posição cambial no período em análise.

4.1. Enquadramento económico mundial

O agravamento das tensões geopolíticas no Médio Oriente, envolvendo o Irão, Israel e os Estados Unidos da América (EUA), constituiu a principal fonte de incerteza para a economia mundial no primeiro semestre do ano, afectando as cadeias de abastecimento, as rotas marítimas e os custos de transporte.

Os receios de restrições à oferta de petróleo e à navegação no Estreito de Ormuz, rota por onde transita cerca de um quinto do petróleo transaccionado a nível mundial, contribuíram para uma valorização das matérias-primas energéticas. Neste contexto, os preços do Brent e do WTI registaram, respectivamente, uma valorização homóloga de 23% e 22%, atingindo médias semestrais de 87 USD e 82 USD por barril. Por seu turno, o preço do gás natural aumentou mais de 11%, para 15 USD/MMBtu.

Este contexto traduziu-se numa subida da inflação a nível global. Na Zona Euro, a inflação homóloga acelerou de 2,0% em Dezembro de 2025 para 2,8% em Junho de 2026, enquanto a inflação subjacente aumentou ligeiramente, para 2,4%. Nos EUA, a inflação acelerou de 2,7% para 3,5% no mesmo período, impulsionada sobretudo pela componente energética, ao passo que a inflação subjacente se manteve em 2,6% em Junho.



Perante esta evolução, o Banco Central Europeu (BCE) e a Reserva Federal dos EUA (Fed) adoptaram orientações distintas nas respectivas reuniões de política monetária de Junho. O BCE aumentou as taxas de juro directoras em 25 pontos base — a primeira subida desde Setembro de 2023 —, fixando as taxas aplicáveis à facilidade permanente de depósito, às operações principais de refinanciamento e à facilidade permanente de cedência de liquidez em 2,25%, 2,40% e 2,65%, respectivamente. Por seu turno, a Fed manteve o intervalo-alvo da taxa directora em 3,50%–3,75%, optando por aguardar informação adicional sobre a evolução da inflação e do mercado de trabalho.

As expectativas de uma inflação mais elevada contribuíram para a subida das yields soberanas em ambos os blocos económicos. As taxas de juro a dois e a dez anos atingiram 4,10% e 4,37% nos EUA e 2,53% e 2,86% na Alemanha, respectivamente. Adicionalmente, o dólar norte-americano apreciou-se cerca de 3% face ao euro, tendo a taxa de câmbio encerrado Junho em 1,143 USD por euro. Por sua vez, o ouro valorizou mais de 50% em termos homólogos, para 4 689 USD por onça, reflectindo a procura por activos de refúgio num contexto de incerteza.

Não obstante este enquadramento, os mercados accionistas mantiveram uma trajectória de valorização, com o S&P 500 e o Euro Stoxx 600 a avançarem 21% e 19%, respectivamente, em termos homólogos. Este desempenho foi

impulsionado pelos avanços na inteligência artificial e pela percepção de que o choque energético teria uma natureza transitória.

Na actualização de Julho, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em baixa a previsão de crescimento da economia mundial para 3,0%, face aos 3,1% projectados em Abril de 2026. Para as economias avançadas, a estimativa passou de 1,8% para 1,7%. A revisão reflecte, sobretudo, o impacto negativo do conflito no Médio Oriente, particularmente sobre os países importadores de energia, parcialmente compensado pelo aumento do investimento associado à inteligência artificial.

Crescimento do PIB mundial (%)

Regiões	2025	Proecção Julho	
		2026	2027
PIB mundial	3,5	3,0	3,4
Economias avançadas	1,9	1,7	1,8
EUA	2,1	2,3	2,2
Zona Euro	1,4	0,9	1,2
Economias emergentes	4,5	3,8	4,5
China	5,0	4,6	4,1
Índia	7,7	6,4	6,7
África subsariana	4,5	4,3	4,5
Nigéria	4,0	4,1	4,3
África do Sul	1,1	1,1	1,3

Fonte: FMI, World Economic Outlook Update, Julho de 2026

4.2. Outras geografias de presença do grupo

Portugal – A economia portuguesa registou um crescimento homólogo de 2,3% no 1.º trimestre de 2026, superior aos 1,9% observados em 2025, reflectindo sobretudo o aumento do investimento e do consumo privado. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego situou-se em 5,5% em Maio, abaixo dos 6,2% registados no mesmo período de 2025. Em Junho, a inflação homóloga atingiu

3,2%, acima dos 2,4% registados no mesmo mês de 2025 e da inflação observada na Zona Euro, que se fixou em 2,8%.

Este desempenho, conjugado com a melhoria dos principais indicadores macroeconómicos e orçamentais, contribuiu para a revisão em alta das perspectivas atribuídas por duas agências de notação financeira. A S&P manteve o rating de Portugal em A+ e a Fitch Ratings em A, tendo ambas revisto a perspectiva de estável para positiva, em resultado da resiliência da economia, da manutenção de excedentes orçamentais primários e da melhoria da posição externa líquida.

No sector bancário, os dados disponíveis relativos ao 1.º trimestre de 2026 evidenciaram níveis elevados de robustez e resiliência. O rácio de incumprimento reduziu-se em 0,24 pontos percentuais, para 2,11%, em termos homólogos, enquanto a rendibilidade do activo recuou ligeiramente, de 1,28% para 1,27%. Por sua vez, o rácio de fundos próprios principais de nível 1 (CET1) situou-se em cerca de 18,0% dos activos ponderados pelo risco, acima dos 17,9% registados no período homólogo e confortavelmente acima dos requisitos prudenciais aplicáveis.

Cabo Verde – No 1.º trimestre de 2026, a economia registou um crescimento homólogo, em volume, de 6,4%, acima dos 3,7% observados no mesmo período de 2025. Este desempenho reflectiu o aumento do consumo privado e do investimento, bem como a evolução favorável dos sectores da pesca e aquacultura, do comércio, das actividades financeiras e imobiliárias e da administração pública.

O contexto macroeconómico manteve-se favorável, com o crescimento dos preços a permanecer controlado. A inflação homóloga desacelerou para 1,1% em Junho de 2026, face aos 1,8% registados no período homólogo, enquanto a inflação média dos últimos doze meses se situou em 1,6%, confirmando a manutenção da estabilidade dos preços.

O sector bancário continuou a evidenciar solidez e uma melhoria da qualidade dos activos. O rácio de crédito em incumprimento reduziu-se de 7,3% em



Março de 2025 para 5,4% em Março de 2026, enquanto a rentabilidade dos activos (ROA) permaneceu estável em 0,4%. O rácio de solvabilidade aumentou de 24,1% para 25,9%, mantendo-se significativamente acima do mínimo regulamentar de 11,25%.

São Tomé e Príncipe – O FMI reviu em baixa a previsão de crescimento para 0,4% em 2026, face aos 3,4% anteriormente projectados, reflectindo o contexto externo desfavorável, a crise energética e a subida dos preços internacionais do petróleo.

Apesar deste cenário, a inflação manteve uma trajectória de desaceleração, embora persistam pressões associadas aos preços dos produtos alimentares e aos custos energéticos. A inflação homóloga situou-se em 9,7% em Junho de 2026, abaixo dos 10,5% registados no mesmo período de 2025.

No sector bancário, os dados relativos ao 1.º trimestre de 2026 evidenciaram uma melhoria da solidez do sistema. O rácio de crédito malparado reduziu-se de 10,3% em Março de 2025 para 4,4% em Março de 2026, enquanto o rácio de solvabilidade aumentou de 37,9% para 39,0%.

4.3. Contexto económico de Angola

A economia angolana registou um crescimento homólogo de 5,32% no primeiro trimestre de 2026, acima dos 5,13% do trimestre anterior e dos 4,35% observados no período homólogo de 2025, impulsionado pelo sector não petrolífero, que cresceu 6,22%. A expansão da actividade económica foi sustentada, sobretudo, pelos sectores dos Transportes e Armazenagem (+1,80 p.p.), Informação e Comunicação (+0,71 p.p.) e Indústria Transformadora (+0,48 p.p.), cujos contributos compensaram o impacto negativo do sector petrolífero.

No sector petrolífero, a produção acumulada atingiu 187 milhões de barris entre Janeiro e Junho de 2026, correspondendo a um crescimento homólogo de 0,71%, após uma contracção de 9,08% no mesmo período de 2025. Em média, a produção situou-se em 1,034 milhões de barris por dia, acima dos

1,027 milhões registados no período homólogo, mas abaixo dos 1,050 milhões de barris por dia previstos no OGE 2026. Esta evolução reflecte uma estabilização gradual do sector, apoiada pela entrada em produção dos projectos N'dola Sul, Agogo, Kaminho e Begónia.

No segmento do gás, a produção média diária situou-se em 2 611 milhões de pés cúbicos padrão de gás por dia (MMSCF/dia), uma diminuição ligeira de 0,2%. Não obstante, as perspectivas para o sector mantêm-se favoráveis, em particular após o início do fornecimento de gás proveniente do campo de Quiluma, em Março. A produção começou a uma taxa de 150 MMSCF/dia, estando previsto um aumento para 314 MMSCF/dia até ao final de 2026.

Crescimento real homólogo do PIB (%)

Sector	2025		2026
	1º Trimestre	Ano	1º Trimestre
PIB global	4,35	3,13	5,32
PIB Petrolífero	(4,05)	(5,23)	(0,21)
PIB Não petrolífero	6,33	3,20	6,22

Fonte: INE

No sector fiscal, a execução do OGE apresentou uma evolução favorável no 1.º trimestre de 2026, tendo o saldo orçamental passado de um défice de 489 mil milhões de kwanzas no 1.º trimestre de 2025 para um excedente de 244 mil milhões de kwanzas no 1.º trimestre de 2026. Esta evolução reflectiu o aumento de 53,0% das receitas totais, superior ao crescimento de 38% das despesas.

A melhoria das condições no mercado petrolífero reforçou as posições externa e fiscal de Angola, com reflexos directos no custo do financiamento externo. Neste contexto, o País emitiu, durante o primeiro semestre, cerca de 4,0 mil milhões de USD em Eurobonds, montante 138% superior ao previsto no Plano Anual de Endividamento.

A primeira operação, realizada em Março, ascendeu a 2,5 mil milhões de USD e compreendeu emissões com maturidades de sete e onze anos, às taxas de juro de 9,25% e 9,80%, respectivamente. A segunda operação, efectuada em

Maio, no montante de 1,5 mil milhões de USD, foi estruturada como uma operação integrada de gestão de passivos, combinando a recompra de dois Eurobonds em circulação com novas emissões, com vencimento em 2031 e 2037, às taxas de 8,25% e 9,50%, respectivamente. A operação registou uma procura de 4,01 mil milhões de USD.

No mercado interno, o financiamento líquido global diminuiu 42%, em termos homólogos, entre Janeiro e Junho de 2026. Esta evolução resultou do aumento expressivo dos resgates, que mais do que compensou o crescimento de 14% das emissões de títulos do Tesouro.

No domínio das notações de risco soberano, a Standard & Poor's confirmou, em Fevereiro, as notações de Angola em B-, no longo prazo, e B, no curto prazo. Por sua vez, a Fitch Ratings confirmou, em Maio, a notação de longo prazo em moeda estrangeira em B-, com perspectiva estável. Ambas as agências destacaram a trajectória descendente do rácio da dívida pública, a manutenção de excedentes da conta corrente e um nível de reservas internacionais superior à mediana dos países com a mesma notação.

No sector externo, o saldo da conta corrente aumentou 90,1%, para 1 475 milhões de USD no 1.º trimestre de 2026. O resultado reflectiu o crescimento de 10,1% das exportações, impulsionado sobretudo pelo sector petrolífero, num contexto de subida dos preços internacionais do crude. As importações, por seu turno, registaram um aumento marginal de 1,5%, associado ao crescimento das aquisições externas do sector não petrolífero.

Apesar da evolução favorável da conta corrente, o calendário de amortizações da dívida externa e as intervenções do Banco Nacional de Angola no mercado cambial contribuíram para uma redução de cerca de 6% das reservas internacionais, para 15 mil milhões de USD, em Junho de 2026. Este montante assegurava uma cobertura de aproximadamente sete meses das importações de bens e serviços.

Balança de pagamentos (milhões USD)

	1º Trim.25	1º Trim.26	Variação
Conta corrente	776	1 475	90,1%
Conta de bens	4 157	4 900	17,9%
Exportações	7 900	8 700	10,1%
Sector petrolífero	7 380	8 158	10,5%
Sector não petrolífero	520	542	4,2%
Importações	(3 742)	(3 799)	1,5%
Sector petrolífero	(1 120)	(996)	(11,1%)
Sector não petrolífero	(2 622)	(2 803)	6,9%
Serviços	(1 960)	(2 194)	11,9%
Rendimentos	(1 334)	(1 147)	(14,0%)
Capital e financeira	(1 562)	(1 215)	(22,2%)
Erros e omissões	(148)	(875)	(492%)
Balança global	(934)	(616)	(34,0%)

Fonte: BNA

No mercado cambial, entre Janeiro e Junho de 2026, a oferta de divisas aumentou 20%, em termos homólogos, para 6,68 mil milhões de USD. Apesar da redução das vendas do sector petrolífero, este manteve-se como a principal fonte de divisas, representando 37% das vendas regulares. No mesmo período, o kwanza manteve-se praticamente estável face ao dólar norte-americano, em torno de 912 AOA/USD, tendo, contudo, apreciado 3% face ao euro, para 1 040,88 AOA/EUR, no final de Junho.

A inflação homóloga manteve a trajectória de desaceleração iniciada em Agosto de 2024, diminuindo de 15,70% no final de 2025 para 10,11% em Junho de 2026. Esta evolução reforçou a confiança do BNA na continuidade do processo de desinflação e criou condições para o prosseguimento do ciclo de flexibilização da política monetária.

Assim, ao longo do 1.º semestre de 2026, o BNA prosseguiu o ciclo de flexibilização da política monetária. Durante este período, a Taxa BNA e a taxa da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez (FCL) foram reduzidas,

respectivamente, em 150 pontos base, para 17,0% e 18,0%, enquanto a taxa da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez (FAL) diminuiu 50 pontos base, para 16,0%. Em particular, a Taxa BNA passou de 18,5%, em Dezembro de 2025, para 17,0%, em Junho de 2026. Já em Julho, após a data de referência do presente relatório, o BNA aprofundou este ciclo, reduzindo a Taxa BNA em 1,25 pontos percentuais, para 15,75%, num contexto de inflação homóloga inferior a 10%, que se fixou em 9,33%.

O coeficiente de reservas obrigatórias em moeda nacional manteve-se em 17,50%, nível definido na reunião do CPM realizada em Março, que correspondeu a uma redução de 50 p.b. face ao final de 2025.

Taxas directoras, LUIBOR e Inflação

Taxas	Jun-25	Dez-25	Jun-26	Jul-26
Taxa BNA	19,50%	18,50%	17,00%	15,75%
FCL	20,50%	19,50%	18,00%	16,75%
FAL	17,50%	16,50%	16,00%	14,75%
Coef. * Reservas Obrigatórias em MN	19,00%	18,00%	17,50%	17,50%
LUIBOR Overnight	20,25%	18,80%	12,03%	12,24%
LUIBOR 1 Mês	18,87%	18,35%	15,02%	17,01%
Inflação homóloga	19,73%	15,70%	10,11%	9,33%
Inflação mensal	1,21%	0,95%	0,52%	0,75%

Fonte: BNA / INE / *Coef: Coeficiente

As taxas do mercado monetário interbancário acompanharam a redução das taxas de juro de referência, registando descidas em todas as maturidades da LUIBOR. A LUIBOR Overnight recuou de 18,80%, em Dezembro de 2025, para 12,03%, em Junho de 2026, situando-se abaixo do limite inferior do corredor de taxas do BNA. Esta configuração reflectiu a combinação entre a persistência de níveis elevados de liquidez no sistema bancário e o acesso limitado à Facilidade de Absorção de Liquidez.

A utilização da Facilidade de Absorção Overnight (FAO) mais do que duplicou, aumentando 120,35% e atingindo 32 578 mil milhões de kwanzas, o que confirmou a manutenção de níveis elevados de liquidez no sistema bancário.

Em paralelo, o volume de transacções no mercado interbancário aumentou 3,02%, em termos homólogos, para 6 272 mil milhões de kwanzas.

Ao nível dos agregados monetários, a base monetária registou um crescimento homólogo de 9,8%, para 4 246 mil milhões de kwanzas. Esta evolução foi influenciada pelo aumento de 21,0% da componente em moeda nacional, que reflectiu a expansão das notas e moedas em circulação (+20,7%), das reservas livres (+19,6%) e das reservas obrigatórias (+11,6%).

O agregado monetário M2 registou um crescimento moderado, de cerca de 15%, suportado pela expansão de 24,8% do M2 em moeda nacional, que mais do que compensou a redução de 0,8% do M2 em moeda estrangeira. Esta evolução reflectiu, em parte, o reforço da intermediação em moeda nacional e o crescimento do crédito concedido em kwanzas ao sector privado, com destaque para o financiamento às empresas dos sectores da Electricidade e Água (+76%), da Indústria Extractiva (+47%) e da Indústria Transformadora (+22%).

Os indicadores de solidez do sistema bancário, referentes a Março de 2026, sugerem uma evolução globalmente favorável, embora diferenciada entre os vários domínios, com melhorias ligeiras nos rácios de capital e na qualidade dos activos, mas uma deterioração dos indicadores de rentabilidade.

Em Março de 2026, o rácio de fundos próprios regulamentares aumentou para 24,01%, face aos 22,90% registados no período homólogo, mantendo-se

significativamente acima do mínimo regulamentar de 8%¹. Em paralelo, o rácio de crédito vencido sobre o crédito total reduziu-se de 17,17% para 16,18%.

Em sentido contrário, os indicadores de rentabilidade deterioraram-se, com o ROA e o ROE a recuarem, respectivamente, de 5,15% para 3,52% e de 38,86% para 23,77%. Adicionalmente, o rácio cost-to-income aumentou de 42,77% para 48,65%.

A contracção da rentabilidade — com o retorno sobre os capitais próprios a recuar mais de 15 pontos percentuais — poderá reflectir a compressão da margem financeira num ciclo de descida das taxas de juro. Apesar da redução observada, o rácio de crédito vencido permanece em níveis elevados face aos de pares regionais, reflectindo o peso do crédito malparado legado. A resolução deste problema foi identificada pelo FMI como uma das prioridades para o reforço da resiliência do sistema financeiro angolano.

No decurso do semestre, o FMI concluiu a Consulta de 2026 ao abrigo do Artigo IV, em articulação com o primeiro Programa de Avaliação do Sector Financeiro realizado em Angola desde 2011. A avaliação reconheceu os progressos alcançados nos domínios da regulação e da supervisão, tendo identificado como prioridades a redução do nexo entre o soberano e o sistema bancário, a resolução do crédito malparado e o reforço dos mecanismos de liquidez e de resolução bancária.

Em Junho de 2026, o Grupo de Acção Financeira manteve Angola na lista de jurisdições sob monitorização reforçada, permanecendo pendentes cinco acções do plano acordado. A eventual saída da lista, projectada pelas autoridades para 2027, poderá contribuir para melhorar o acesso à correspondência bancária internacional e reduzir os custos das operações transfronteiriças.

Indicadores de solidez do sistema bancário (%)

Indicadores	Mar.25	Mar.26	Variação (p.p.)
Rácio de fundos próprios regulamentares (FPR)	22,90	24,01	1,11
Crédito vencido malparado sobre o crédito total	17,17	16,18	(0,99)
Crédito vencido malparado líquido de imparidades sobre os FPR	(13,26)	(12,38)	(0,88)
Rendibilidade dos activos (ROA)	5,15	3,52	(1,63)
Rendibilidade do capital (ROE)	38,86	23,77	(15,09)
Cost-to-income	42,77	48,65	5,88
Rácio de transformação	42,70	44,69	1,99

Fonte: BNA

No mercado de capitais, o volume negociado na BODIVA atingiu 4 639 mil milhões de kwanzas no 1.º semestre de 2026, representando um crescimento homólogo de 98%.

O Mercado de Operações de Reporte continuou a liderar as negociações, com um volume de 2 376 mil milhões de kwanzas (+85% face ao período homólogo). O Mercado de Bolsa de Títulos do Tesouro registou um crescimento de 104%, para 747 mil milhões de kwanzas, impulsionado sobretudo pelas Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira (+715%), e pelos Bilhetes do Tesouro (+1 290%).

Embora com menor expressão, os segmentos de acções e de obrigações privadas apresentaram crescimentos significativos. No Mercado de Obrigações Privadas, o volume negociado aumentou 509%, para 2,07 mil milhões de kwanzas, enquanto, no Mercado de Bolsa de Acções, cresceu 594%, para 15 mil milhões de kwanzas.

Após a data de referência do presente relatório, realizou-se, em Julho, a Oferta Pública de Venda da Unitel. A operação envolveu a colocação de 7,5 milhões de acções, correspondentes a 15% do capital social da empresa, ao preço de 40 040 kwanzas por acção, totalizando 300,3 mil milhões de kwanzas. A oferta constituiu a maior operação de sempre do mercado accionista angolano.

¹ Não obstante, esta análise deve ser interpretada com cautela, uma vez que o Processo de Revisão e Avaliação pelo Supervisor (SREP), utilizado pelas autoridades de supervisão para avaliar os riscos e as necessidades de capital dos bancos, impõe requisitos adicionais a uma parte relevante do sistema bancário,

em particular aos bancos de importância sistémica. Entre estes incluem-se os requisitos do Pilar 2 e as reservas de conservação de capital e de importância sistémica.

4.4. Principais alterações regulamentares em 2026 com foco no sector financeiro

Legislação relevante em Angola, Portugal, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

País	Instrumento	Descrição
Angola	Directivas 1, 2 e 3 do BNA	Redução de taxas directoras e do coeficiente das reservas obrigatórias ao longo do ano.
	Aviso BNA n.º 01/26 de 28 de Janeiro	Regula a actuação de adquirentes não bancários e subadquirentes no sistema de pagamentos, permitindo que entidades não bancárias processem pagamentos, mediante requisitos de autorização, controlo de risco e supervisão, com o objectivo de expandir os pagamentos electrónicos e reforçar a inclusão financeira.
	Aviso BNA n.º 02/26 de 12 de Fevereiro	A revisão parcial do Aviso n.º 10/2024 visou alargar o acesso ao financiamento ao sector real, através da inclusão de novos sectores elegíveis, como a agricultura, indústria, pescas, saúde e farmacêutico, bem como actividades da cadeia logística associada.
	Aviso BNA n.º 03/26 de 23 de Fevereiro	Regulamentação do governo societário e do sistema de controlo interno, bem como definição dos padrões mínimos em que deve assentar a cultura organizacional das instituições financeiras.
	Aviso BNA n.º 04/26 de 25 de Maio	Procede a uma alteração pontual ao regime cambial aplicável a pessoas singulares, fixando que as transferências unilaterais para o exterior passam a ter um limite máximo anual de USD 150 mil por ordenador.
	Instrutivo BNA n.º 10/23 de 09 de Agosto	Obrigatoriedade de aumento da ponderação para 100% das exposições em moeda estrangeira ao Governo no cálculo do rácio de fundos próprios regulamentares a partir de 01 de Janeiro de 2027.
	Norma regulamentar ARSEG (Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros) - n.º 01/26 de 11 de Maio	Estabelece os elementos e informações que devem acompanhar a comunicação prévia de aquisição de participação qualificada.
	Norma regulamentar ARSEG - n.º 02/26 de 30 de Abril	Regula o registo especial dos activos representativos das provisões técnicas para efeitos de liquidação.
	Norma regulamentar ARSEG - n.º 03/26 de 30 de Abril	Define o conteúdo mínimo do contrato de mediação e corretagem de seguros.
	Norma regulamentar ARSEG - n.º 04/26 de 18 de Março	Aprova o Plano de Contas para as Empresas de Seguros e Resseguros (PCESR), implementando, por endosso, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), com excepção da IFRS 17, substituída pela IFRS 4.
Portugal	Regulamento CMC (Comissão do Mercado de Capitais) n.º 1/26 de 13 de Abril	Aprova um novo Plano de Contas para as Instituições Financeiras Não Bancárias e Organismos de Investimento Colectivo, visando uniformizar e modernizar os registos contabilísticos, reforçar a transparência e a fiabilidade da informação financeira, assegurar o alinhamento com as IAS/IFRS e as exigências de supervisão prudencial, bem como impor a adopção integral do novo plano, a eliminação de práticas contabilísticas revogadas, a coerência entre contabilidade, reporte regulamentar e demonstrações financeiras e a actualização da documentação interna aplicável.
	Decreto Presidencial n.º 95/26	Actualiza o regime das prestações familiares da protecção social obrigatória, adequando os respectivos benefícios à evolução do custo de vida e do contexto socioeconómico. O diploma procede à revisão dos montantes do subsídio de maternidade, do subsídio de aleitamento e do abono de família, estabelecendo novos valores em função do nível de remuneração dos beneficiários e reforçando a protecção social dos trabalhadores e seus dependentes.
	Orientação UE (União Europeia) 2026/869 do BCE, de 22 de Janeiro de 2026	Introduz alterações aos critérios de elegibilidade dos colaterais aceites nas operações de política monetária do Eurosistema, com impacto na gestão dos activos elegíveis para financiamento junto do banco central.
	Comunicado do BdP 1.º trimestre de 2026	Fixa em 0,75% a percentagem da reserva contracíclica de fundos próprios aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2026, reforçando os requisitos prudenciais de capital das instituições de crédito.
	Instrução BdP n.º 01/26 de 24 de Fevereiro	Adapta o regime da Central de Responsabilidades de Crédito ao novo enquadramento da cessão e gestão de créditos bancários, introduzindo alterações aos requisitos de comunicação e reporte das instituições participantes.
	Regulamento UE 2026/808 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Março	Reforça o quadro europeu de recuperação e resolução bancária, ampliando os instrumentos de intervenção precoce, clarificando as condições de resolução e ajustando as regras de financiamento das medidas de resolução.



Legislação relevante em Angola, Portugal, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

País	Instrumento	Descrição
Angola	Instrução BdP (Banco de Portugal) n.º 02/26, de 24 de Fevereiro	Estabelece os procedimentos aplicáveis à autorização, validação e registo dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, bem como dos titulares de funções essenciais das instituições de crédito.
	Carta Circular BdP n.º CC/2026/00000018	Introduz alterações aos prazos e procedimentos de tratamento de reclamações, incluindo o conteúdo das respostas aos clientes, o reporte ao Banco de Portugal e a prestação de informação adicional pelas instituições de crédito.
	Carta Circular BdP n.º CC/2026/000000	Actualiza os critérios de diversificação das carteiras de retalho para efeitos prudenciais, promovendo uma avaliação harmonizada do risco das exposições de retalho.
	EBA/GL/2026/02 de 13 de Fevereiro	Estabelece orientações harmonizadas para a avaliação da diversificação das carteiras de retalho, assegurando uma aplicação proporcional às instituições de menor dimensão.
	Carta Circular BdP n.º CC/2026/00000013	Divulga o comunicado do GAFI, que realiza um apelo à aplicação de contramedidas em relação à República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) e à República Islâmica do Irão, frisando um aumento do risco de financiamento da proliferação.
	Decreto-Lei Governo de Portugal n.º 102/2026, de 22 de Maio	Regula a disciplina aplicável aos valores mobiliários de natureza monetária designados por papel comercial, com o objectivo de simplificar e actualizar o respectivo enquadramento legal.
	Decreto-Lei Governo de Portugal n.º 31-B/2026, de 5 de Fevereiro	Estabelece um regime excepcional de moratória destinado a apoiar os clientes bancários, mutuários de contratos de crédito, que tenham sido afectados pelos impactos da tempestade Kristin e demais fenómenos hidrológicos ocorridos recentemente.
Cabo Verde	Aviso BCV (Banco Central de Cabo Verde) - n.º 01/2026 de 09 de Fevereiro	Definição do âmbito de aplicação da publicidade e reforço da estrutura de governação interna das instituições, através da adopção de uma Política de Publicidade formal, da implementação de mecanismos de controlo interno e de procedimentos obrigatórios de validação prévia, assegurando igualmente a responsabilização pela publicidade realizada directamente ou por intermédio de terceiros.
	Portaria BCV - n.º 13/2026, de 12 de Fevereiro	Regulamenta o Decreto-lei n.º 37/2025, de 28 de Novembro, definindo as condições de acesso à garantia pessoal do Estado para aquisição da primeira habitação própria e permanente por jovens até aos 35 anos, estabelecendo os requisitos de elegibilidade dos mutuários e das operações de crédito, bem como as obrigações das instituições financeiras na verificação e gestão do regime de garantia.
	Resolução Tesouro Nacional n.º 77/2026, de 11 de Maio	Autorização à Direcção-Geral do Tesouro para alterar os termos do aval do Estado concedido à Autoridade da Zona Económica Especial Marítima em São Vicente (AZEEMSV), destinado a garantir o empréstimo bancário contraído junto do Banco BAI Cabo Verde, S.A.
São Tomé e Príncipe	BCSTP (Banco Central de São Tomé e Príncipe) - NAP2/2026 - Plano de Respostas aos Incidentes de Cibersegurança SWIFT	Estabelece directrizes e procedimentos de resposta a incidentes de cibersegurança relacionados com o sistema SWIFT, incluindo a constituição de uma equipa de resposta e a definição de mecanismos específicos de gestão de incidentes para as entidades utilizadoras da rede SWIFT no mercado nacional.
	BCSTP - NAP3/2026 - Regras e Procedimentos Relativos à Alteração de Preçário	Revê o processo de validação e divulgação dos preçários das instituições financeiras, definindo prazos específicos para a submissão das propostas e para a comunicação da decisão do Banco Central.
	BCSTP - NAP4/2026 - Código de Conduta das Instituições Financeiras e demais Instituições sujeitas à Supervisão do BCSTP	Estabelece princípios de actuação, regras de conduta e normas de protecção do consumidor financeiro, reforçando os deveres de transparência, informação, tratamento justo e responsabilização das instituições supervisionadas.
	BCSTP - NAP5/2026 - Activação de Instrumentos de Política Macprudencial	Define directrizes complementares para a activação de instrumentos macprudenciais destinados a reforçar a estabilidade financeira, permitindo ao Banco Central monitorizar e mitigar vulnerabilidades e riscos sistémicos no sector financeiro.
	BCSTP - NAP13/2026 - Operações de Mercado Aberto (OMA)	Regulamenta o regime das Operações de Mercado Aberto, estabelecendo as condições, instrumentos e procedimentos aplicáveis às operações de política monetária efectuadas pelo Banco Central.
	BCSTP - NAP15/2026 - Reservas Excedentárias Efectivas (REE) no Contexto das Operações de Política Monetária	Regula a metodologia de cálculo e a utilização das REE para avaliação da liquidez bancária e para a execução das operações de política monetária do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

5. Actividade e resultados

2012

NOSSA Seguros / SAESP

Aquisição da posição de controlo na NOSSA Seguros. Inauguração da Academia BAI (SAESP).



5.1. Actividade por segmentos de negócios

Banca Corporativa

Ao longo do semestre, a Banca Corporativa manteve o foco na captação e fidelização de clientes, o que se reflectiu no crescimento da base de clientes e do volume de negócios, reforçando o papel do Banco no apoio ao financiamento do tecido empresarial.

Este desempenho foi suportado por uma estrutura comercial especializada, assente no acompanhamento sectorial, na gestão de protocolos comerciais e na monitorização das operações de crédito, permitindo uma abordagem mais próxima, integrada e ajustada às necessidades específicas dos clientes destes segmentos.

Neste contexto, o Banco dispõe de seis portfólios de negócio que, em coordenação com a Direcção Comercial de Empresas, asseguram o acompanhamento de empresas e instituições em sectores estratégicos da economia nacional:

- Portfólio de Negócios Clientes Institucionais (PNCI);
- Portfólio de Negócios Prestação de Serviços (PNPS);
- Portfólio de Negócios Recursos Minerais, Petróleo e Gás (PNRMPG);
- Portfólio de Negócios Comércio (PNCO);
- Portfólio de Negócios Agronegócio (PAN);
- Portfólio de Filiais Bancárias (PNFB).

Entre os portfólios de negócio, destaca-se o PNFB, criado no primeiro semestre de 2026, em resultado do reforço da estrutura comercial e orientado para a gestão integrada de clientes, operações e oportunidades de negócio associadas às filiais bancárias do Grupo.

O Banco garante o acompanhamento contínuo das parcerias, reforçando o relacionamento com clientes por meio do Programa de Gestão de Protocolos.

No semestre, o Programa registou um aumento significativo das adesões a produtos protocolados, totalizando 9 748 adesões, bem como a celebração de 19 novos protocolos comerciais.

Adicionalmente, e em linha com o reforço do modelo de acompanhamento dos clientes empresariais, o Gabinete de Acompanhamento de Crédito intensificou os mecanismos de monitorização da carteira, contribuindo para uma gestão mais proactiva do risco, para a preservação da qualidade dos activos e para a sustentabilidade da actividade creditícia do Banco.

Estas iniciativas, conjugadas com uma abordagem comercial mais próxima e estruturada, contribuíram para que, neste período, se alcançasse um total de 3 251 clientes empresariais, representando um crescimento de 7% face a Dezembro de 2025. Esta evolução reflectiu-se no aumento de 4% do volume de negócios da banca corporativa, impulsionado sobretudo pela expansão da carteira de crédito, com destaque para os produtos Descoberto Bancário Autorizado e Crédito BAI Modernização e Expansão.

Performance da Banca Corporativa - Direcção Comercial de Empresas

(mil milhões de Kz)	Jun.25	Dez.25	Jun.26	Var. Jun.26 / De.25	
				Abs.	%
 Volume de Negócios	2 526	2 377	2 474	97	4%
 Depósitos	2 051	1 699	1 800	101	6%
 Créditos	475	678	674	(4)	(0,6%)
 Clientes	3 020	3 036	3 251	215	7%

Ao longo do semestre, foram formalizadas diversas parcerias estratégicas com instituições de relevo a nível nacional, cujos benefícios para a captação de



clientes e para o desenvolvimento da actividade comercial deverão materializar-se de forma gradual nos próximos períodos.

Banca de Retalho e Banca Privada

A base de clientes do segmento do retalho registou um crescimento de 234 611 clientes, atingindo 3 083 858 clientes. Ao mesmo tempo, observou-se um crescimento da carteira de crédito deste segmento em 1% face a Dezembro de 2025 para 670 mil milhões de kwanzas, com destaque para o produto Crédito Pessoal Online. Em resultado do crescimento das carteiras, o volume de negócios ascendeu a 2 242 mil milhões de kwanzas, representando um aumento de 154 mil milhões de kwanzas face a Dezembro de 2025.

Performance da Banca de Retalho - Direcção de Particulares e Negócios					
(Kz mil milhões)	Jun.25	Dez.25	Jun.26	Var. Jun.26 / Dez.25	
				Abs.	%
Volume de Negócios	1 537	2 088	2 242	154	7%
Depósitos	1 082	1 427	1 572	145	10%
Créditos	455	661	670	9	1%
Clientes	2 676 554	2 849 247	3 083 858	234 611	8%

Relativamente à Banca Privada, o Gabinete de Serviços Premium (GSP) manteve o foco na consolidação da sua proposta de valor junto do segmento Premium, sustentada na proximidade ao cliente, na qualidade do serviço e na disponibilização de soluções especializadas de financiamento, investimento e gestão patrimonial.

O volume de negócios atingiu 768 mil milhões de kwanzas no primeiro semestre de 2026, o que representa um acréscimo de 11%, resultante maioritariamente do aumento dos depósitos, que registaram um incremento de 71 mil milhões de kwanzas.

Performance da Banca Privada – Gabinete de Serviços Premium					
(Kz mil milhões)	Jun.25	Dez.25	Jun.26	Var. Jun.26 / Dez.25	
				Abs.	%
Volume de Negócios	712	691	753	62	9%
Depósitos	703	670	733	63	9%
Créditos	9	21	20	(1)	(5%)
Clientes	1 138	1 151	1 129	(22)	(2%)

Por outro lado, o Banco continua a consolidar o negócio de Bancassurance como um dos pilares da sua proposta de valor integrada, reforçando, em parceria com a NOSSA Seguros, a oferta combinada de soluções bancárias e de protecção financeira.

No primeiro semestre de 2026, esta actividade manteve uma trajectória positiva, registando uma produção de prémios brutos emitidos de 14,1 mil milhões de kwanzas, correspondente a 91% do objectivo definido, com o ramo Vida a representar 85% da produção total. Este desempenho foi impulsionado sobretudo pelo produto BAI Crédito Pessoal Digital, que se destacou como o principal motor de resultados do canal, registando um crescimento de 109% face ao período homólogo e totalizando 102 907 adesões ao seguro.

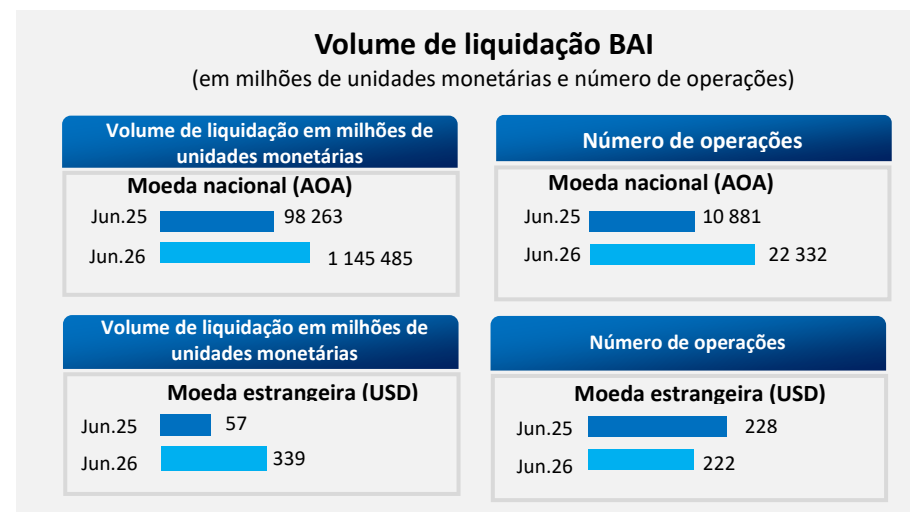
Negociações e Vendas

A actividade do Banco nos mercados financeiros, através da Direcção de Mercados Financeiros (DMF), assenta em quatro pilares fundamentais: (i) gestão activa e disciplinada da carteira própria e dos investimentos financeiros; (ii) robustez operacional na liquidação de operações do mercado secundário; (iii) diversificação das fontes de funding, através da estruturação e colocação de instrumentos de dívida; e (iv) gestão activa da liquidez e da posição cambial, em alinhamento com os limites regulamentares e com as necessidades dos clientes.

Durante o primeiro semestre de 2026, a gestão da carteira própria e os investimentos, tiveram como foco a optimização da liquidez, diversificação e maximização do retorno ajustado ao risco. Paralelamente, em moeda estrangeira, o Banco manteve uma carteira de investimentos internacionais constituída por obrigações e fundos cotados (ETF), com a geração de mais-valias e reversão do resultado negativo registado no final de 2025.

No âmbito da gestão do funding e mercado de capitais, o Banco reforçou a diversificação das suas fontes de financiamento através da emissão pública de obrigações no montante de 50 mil milhões de kwanzas, contribuindo para o alargamento da base de investidores, optimização da estrutura do passivo e reforço da flexibilidade financeira.

Durante o semestre, o BAI consolidou a sua posição como banco liquidatário de referência no mercado de capitais angolano, registando um desempenho robusto nas operações de liquidação em moeda nacional e estrangeira:



No mercado cambial, a actuação do Banco foi marcada por uma gestão activa da liquidez em moeda estrangeira, assegurando a manutenção de uma posição cambial equilibrada, dentro dos limites regulamentares, e o suporte às necessidades dos clientes. A diversificação das fontes de aquisição de divisas e a monitorização contínua dos fluxos cambiais contribuíram para uma gestão prudente e eficiente da posição regulamentar.

No mercado monetário interbancário nacional, a actividade reflectiu um contexto de elevada liquidez em moeda nacional. O volume global de operações de cedências de liquidez a outros bancos atingiu 512,7 mil milhões de kwanzas, com ausência de recurso a tomadas de liquidez no período. Durante o período em análise, o Banco reforçou a utilização da Facilidade de Absorção de Liquidez do BNA como alternativa de aplicação do excedente de liquidez. Paralelamente, no mercado internacional, o volume global de operações atingiu 5,78 mil milhões de dólares, acima dos 3,27 mil milhões de dólares do período homólogo, demonstrando uma posição líquida excedentária em moeda estrangeira e uma gestão prudente das aplicações junto de contrapartes internacionais.

5.2. Tecnologia e Inovação

Durante o primeiro semestre, o Banco deu continuidade à sua estratégia de transformação digital, promovendo iniciativas orientadas para a modernização tecnológica, optimização dos modelos operacionais, aumento da eficiência operacional e melhoria da experiência do cliente. As acções desenvolvidas permitiram reforçar a capacidade do Banco para responder às novas exigências do mercado, consolidar a inovação nos serviços prestados e fortalecer o seu posicionamento como referência tecnológica no sector financeiro angolano, criando simultaneamente bases sólidas para a sustentabilidade e evolução futura do negócio.

O Banco estruturou-se em quatro pilares complementares:

Alicerces: Core, Segurança & Conformidade



Conformidade com a facturação electrónica

Adequação ao regime jurídico da facturação electrónica, assegurando o cumprimento fiscal e simplificando a relação documental.

BAI como instituição exemplar no cumprimento regulatório.



Segurança do canal digital

Reforço dos mecanismos de segurança do canal digital, incluindo validação de comprovativos com QR Code.

BAI como padrão de confiança nas transacções digitais em Angola.



Crédito

Crédito a pensionistas

O Banco passou a disponibilizar crédito dedicado a pensionistas, com condições ajustadas ao seu perfil de rendimento e um processo de contratação simples. Um segmento tradicionalmente com menor acesso a financiamento passa a contar com uma resposta própria do BAI.

Banco da inclusão financeira em Angola.



Canais Digitais & Experiência do Cliente



LUENA - Assistente Digital com IA

Atendimento 24/7, com resolução autónoma de pedidos e orientação inteligente para o serviço certo.

Pioneiro do atendimento inteligente no mercado angolano.



Autenticação biométrica no BAI Directo

Acesso por reconhecimento biométrico, substituindo códigos por um gesto simples e seguro.

Referência de segurança digital na banca angolana.



Inovação & Eficiência com IA

Automação inteligente de processos

Processos de elevado volume automatizados, reduzindo tempos de resposta e libertando equipas para actividades de maior valor.

Pioneiro do atendimento inteligente no mercado angolano.



Produtividade com IA

Ferramentas de IA no dia-a-dia dos colaboradores para análise, preparação de documentos e apoio à decisão.

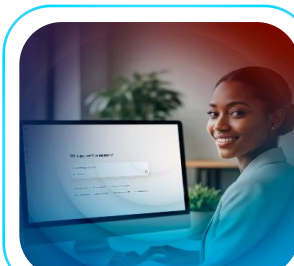
BAI como empregador tecnológico de referência em Angola.



Desenvolvimento de software assistido por IA

IA a apoiar as equipas de engenharia, encurtando ciclos de entrega e elevando a qualidade do código em produção.

Banco preparado para a era da inteligência artificial.



5.3. Análise financeira

5.3.1. Actividade individual

Resultado individual

No primeiro semestre de 2026, o Banco registou um resultado líquido individual de 116 mil milhões de kwanzas, representando uma redução de 35% face ao período homólogo. Esta contracção resultou do desempenho desfavorável do produto bancário, que reduziu em 54 mil milhões de kwanzas para 260 mil milhões de kwanzas, face aos 314 mil milhões de kwanzas alcançados no semestre homólogo, condicionado, principalmente, pela menor contribuição da margem complementar.

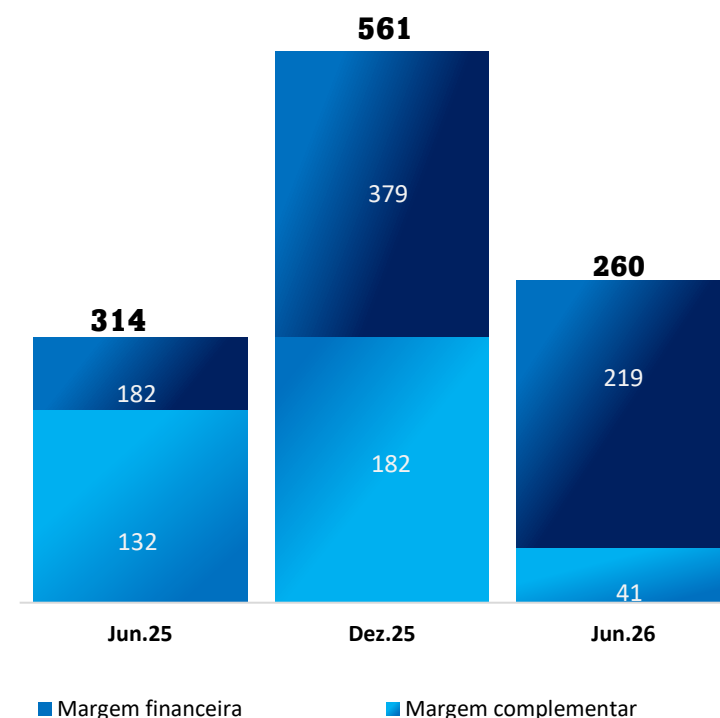
Demonstração dos resultados individuais

Kz mil milhões	Jun.25	Dez.25	Jun.26	Homóloga	
				Abs.	Var.%
Juros e rendimentos similares	242	502	290	47	20%
Juros e encargos similares	(60)	(123)	(71)	(11)	18%
Margem financeira	182	379	219	36	20%
Rendimentos de instrumentos de capital	3	4	7	3	100%
Comissões líquidas	6	12	2	(4)	(64%)
Resultados de instrumentos financeiros	105	132	15	(90)	(86%)
Resultados cambiais	30	52	28	(2)	(5%)
Outros resultados de exploração	(13)	(19)	(11)	2	(12%)
Produto bancário	314	561	260	(54)	(17%)
Custos de Estrutura	(92)	(201)	(110)	(17)	19%
Provisões e imparidades	(32)	(40)	(16)	16	(51%)
Resultado antes de impostos	190	320	134	(56)	(29%)
Impostos correntes	(12)	(25)	(18)	(7)	57%
Resultado líquido do período	178	296	116	(63)	(35%)

A margem financeira cresceu 20%, para 219 mil milhões de kwanzas, impulsionada pelo aumento dos proveitos de títulos e valores mobiliários

(+46%) e de crédito (+27%). Em contrapartida, a margem complementar foi condicionada pela menor contribuição dos resultados de negociação de instrumentos financeiros (-86%), das comissões líquidas (-64%) e dos resultados cambiais (-5%).

Produto Bancário (mM Kz)



Os custos de estrutura atingiram 110 mil milhões de kwanzas (+19%), reflectindo investimentos em infra-estruturas, soluções tecnológicas e capital



humano. Em resultado desta evolução, o rácio cost to income situou-se em 42,5% (+13 p.p.).

Os custos com imparidades e provisões totalizaram 16 mil milhões de kwanzas em Junho de 2026, reflectindo uma redução de 16 mil milhões de kwanzas face ao período homólogo, o que corresponde a uma diminuição de 51%. O desempenho favorável foi impulsionado, sobretudo, pela redução do custo com imparidade para crédito a clientes, que registou um decréscimo de 8 mil milhões de kwanzas (-30%). Destaca-se igualmente a redução da imparidade para outros activos em 6 mil milhões de kwanzas (-156%), decorrente da alienação de activos recebidos em dação.

Provisões e imparidades

Kz mil milhões	Jun.25	Dez.25	Jun.26	Var. homóloga	
				Abs.	%
Provisões líquidas de anulações	1	(0)	(1)	(2)	(224%)
Imparidade para crédito a clientes	(26)	(35)	(18)	8	(30%)
Imparidade para outros activos financeiros	(2)	0,2	2	4	(176%)
Imparidade para outros activos	(4)	(6)	2	6	(156%)
Total	(32)	(40)	(16)	16	(51%)

Apesar da redução do resultado líquido face ao período homólogo semestral, o Banco manteve uma trajectória operacional resiliente, sustentada pelo crescimento da margem financeira, pela disciplina na gestão dos custos e pela melhoria do custo do risco. Este desempenho permitiu alcançar níveis de rentabilidade sólidos, com o ROAE e o ROAA a situarem-se em 24,6% e 4,4%, respectivamente.

Balanço Individual

O Banco manteve uma posição patrimonial sólida, com o balanço a atingir 5 320 mil milhões de kwanzas, o que representa um crescimento de 6% face a Dezembro de 2025. Esta evolução foi suportada pelo aumento de 8% dos recursos de clientes, que compensou o efeito da redução de 3% dos capitais próprios, associada à distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2025. A captação de recursos de clientes continuou a sustentar a expansão do

activo, reflectindo-se no aumento: (i) das aplicações de liquidez em bancos centrais e em outras instituições de crédito em 42%, com realce para operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda; (ii) disponibilidades em outras instituições de crédito em 123% e (iii) crédito a clientes em 0,2%.

As disponibilidades e aplicações em bancos centrais e outras instituições de crédito registaram um aumento de 413 mil milhões de kwanzas face a Dezembro de 2025, reflectindo essencialmente o reforço dos saldos junto de bancos correspondentes e o aumento das aplicações em operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda. Este reforço traduz uma maior alocação de liquidez em instrumentos de curto prazo.

Em contrapartida, a carteira de investimentos em títulos e valores mobiliários totalizou 1 917 mil milhões de kwanzas, registando uma redução de 177 mil milhões de kwanzas (-8%) face a Dezembro de 2025. Esta redução foi essencialmente explicada pelo vencimento de Obrigações do Tesouro da carteira ao custo amortizado, cujos fundos foram realocados para aplicações de maior liquidez.

A carteira de crédito a clientes aumentou 3 mil milhões de kwanzas face a Dezembro de 2025, reflectindo o efeito combinado da expansão do crédito bruto em 27 mil milhões de kwanzas e o reforço das imparidades, no montante de 24 mil milhões de kwanzas. Os desembolsos de crédito beneficiaram, sobretudo, os segmentos de Grandes Empresas, Clássico e Affluent.

Os recursos de clientes ascenderam a 4 105 mil milhões de kwanzas, registando um aumento de 309 mil milhões de kwanzas (+8%) face a Dezembro de 2025, impulsionado pelo crescimento de 16% dos depósitos em moeda nacional, com destaque para os segmentos Premium, Médias Empresas, Pequenas Empresas, Institucional e Affluent.

Estrutura do balanço

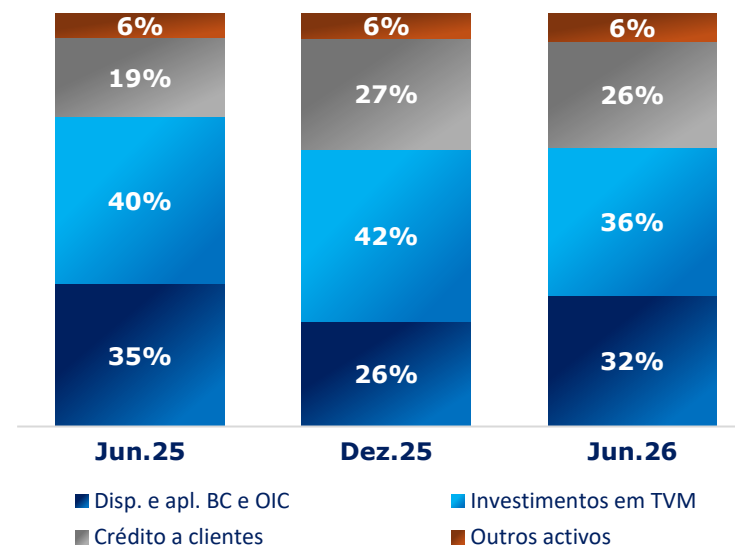
Kz mil milhões	Jun.25	Dez.25	Jun.26	Var. Jun.26/Dez.25	
				Abs.	%
Disponibilidades e aplicações BC e OIC	1 703	1 286	1 698	413	32%
Investimentos em TVM	1 988	2 094	1 917	(177)	(8%)
Crédito a clientes	940	1 361	1 364	3	0,2%
Outros activos	291	299	341	42	14%
Total do activo	4 921	5 040	5 320	280	6%
Recursos de BC e OIC	58	90	45	(45)	(50%)
Responsabilidades representadas por títulos	53	53	108	54	101%
Recursos de clientes	3 836	3 797	4 105	309	8%
Outros passivos	163	161	149	(12)	(7)%
Total do passivo	4 110	4 101	4 407	306	8%
Fundos próprios	812	939	914	(25)	(3%)
Total do passivo e Fundos próprios	4 921	5 040	5 320	280	6%

BC: Banco Central. OIC: Outras Instituições de Crédito. TVM: Títulos e Valores Mobiliários.

A dinâmica observada nos recursos de clientes e no crédito permitiu que o volume de negócios ascendesse a 5 780 mil milhões de kwanzas, mais 336 mil milhões de kwanzas face a Dezembro de 2025, enquanto o rácio de transformação se situou em 41%. O rácio de incumprimento atingiu 6,4%, comparativamente a 4,7% em Dezembro de 2025, evidenciando um agravamento dos níveis de incumprimento da carteira. Não obstante esta evolução, o Banco continua a assegurar uma gestão prudente do risco de crédito, suportada por mecanismos robustos de acompanhamento e mitigação do risco.

Esta evolução resultou numa recomposição do activo, marcada pela redução do peso dos títulos e valores mobiliários de 42% para 36%. O crédito a clientes manteve uma representatividade de 26%, enquanto os pesos das disponibilidades e das aplicações em bancos centrais e outras instituições de crédito atingiram 15% e 17%, respectivamente.

Estrutura do activo



Rácio de Fundos Próprios Regulamentares

Em Junho de 2026, o Rácio de Fundos Próprios Regulamentares (RFPR) situou-se em 25,6%, permanecendo significativamente acima do limite mínimo regulamentar estabelecido pelo BNA. Comparativamente a Dezembro de 2025, o RFPR registou uma redução de 1 ponto percentual, essencialmente, justificada pela diminuição dos Fundos Próprios Regulamentares em 31 mil milhões de kwanzas, decorrente da aplicação do resultado do exercício de 2025, não obstante os Requisitos de Fundos Próprios Regulamentares terem reduzido em 1 mil milhões de kwanzas no período, devido a menor exposição aos riscos de crédito e de contraparte.

Evolução do rácio de fundos próprios

Milhares de milhões de kwanzas, excepto %	Jun.25	Dez.25	Jun.26	Var. Jun.26/Dez.25	
				Abs.	%
Requisitos de Fundos Próprios Regulamentares	232	266	265	(1)	(0,3%)
Fundos Próprios Regulamentares	765	880	849	(31)	(4%)
Rácio de Fundos Próprios Regulamentares	26,4%	26,5%	25,6%	(1 p.p.)	-

No conjunto, a estrutura patrimonial manteve-se equilibrada, evidenciando crescimento sustentável da actividade comercial, adequada gestão de liquidez e manutenção de uma estrutura de financiamento predominantemente suportada por depósitos de clientes, preservando simultaneamente níveis confortáveis de solvabilidade.

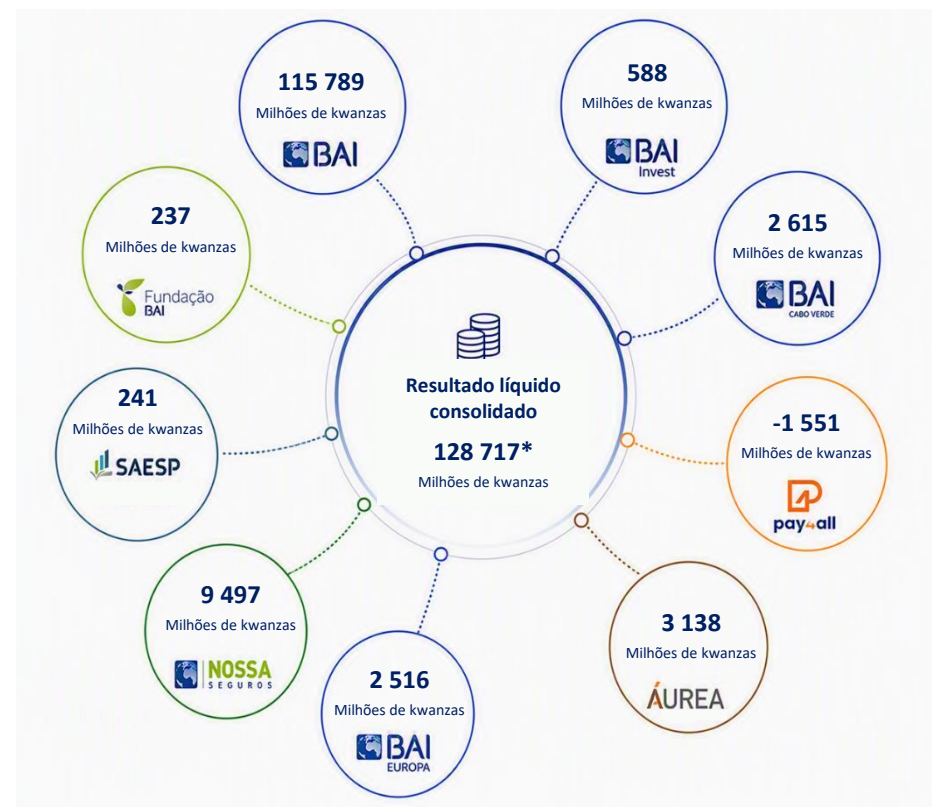
5.3.2. Actividade consolidada

No primeiro semestre de 2026, o resultado líquido consolidado totalizou 129 mil milhões de kwanzas, representando uma redução de 33% comparativamente ao período homólogo. Este desempenho reflecte, principalmente, o menor desempenho da margem complementar e o aumento dos custos de estrutura, não obstante a expansão da margem financeira e o contributo das actividades seguradora e de intermediação financeira.

Ao nível nacional, o desempenho do Grupo foi suportado principalmente pelo contributo da Casa-mãe, que registou um resultado líquido de 116 mil milhões de kwanzas. Destacaram-se igualmente a NOSSA Seguros em 9 mil milhões de kwanzas e a ÁUREA em 3 mil milhões de kwanzas, reforçando o contributo nos resultados do Grupo.

Ao nível internacional, o BAI Cabo Verde manteve uma trajectória de crescimento positivo, alcançando um resultado líquido de cerca de 3 mil milhões de kwanzas, o que representa um crescimento de 18% face ao período homólogo. Por sua vez, o BAI Europa registou igualmente um resultado líquido de 3 mil milhões de kwanzas, traduzindo-se num crescimento de 88%.

Decomposição do resultado por entidades do Grupo



* Inclui a dedução de 4 354 milhões de kwanzas de outros ajustamentos de consolidação.



A margem financeira ascendeu a 243 mil milhões de kwanzas (+20%) face aos 203 mil milhões de kwanzas registados no período homólogo, impulsionado, essencialmente pelo contributo da Casa-mãe em 219 mil milhões de kwanzas, do BAI Europa em 10 mil milhões de kwanzas, do BAI Cabo Verde em 7 mil milhões de kwanzas e da NOSSA Seguros em 6 mil milhões de kwanzas. Este desempenho reflecte o aumento dos juros e rendimentos similares em 50 mil milhões de kwanzas, resultante do desempenho favorável dos juros de crédito, títulos e valores mobiliários e das aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito.

Por outro lado, os juros e encargos similares aumentaram em 15% (cerca de 10 mil milhões de kwanzas), justificados pelo crescimento dos custos com recursos de clientes, recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito.

A margem complementar atingiu 46 mil milhões de kwanzas, representando uma redução de 67% face ao período homólogo, influenciada principalmente pelo menor contributo dos resultados de negociação de instrumentos financeiros da Casa-mãe. Esta evolução foi parcialmente mitigada pelo crescimento das comissões líquidas no BAI Europa, que ascenderam a 2 mil milhões de kwanzas, impulsionadas sobretudo por operações de trade finance, bem como no BAI Cabo Verde, onde as comissões líquidas alcançaram 1 mil milhão de kwanzas, com destaque para as comissões associadas às transferências de valores, à gestão de cartões e ao crédito documentário de importação.

Na ÁUREA, o crescimento das comissões líquidas em 98% para 6 mil milhões de kwanzas resulta do maior investimento em títulos e valores mobiliários da carteira própria, bem como o reforço dos proveitos gerados pelas actividades de origemação e estruturação de operações.

A margem técnica da actividade de seguros apresentou uma evolução positiva, totalizando 26 mil milhões de kwanzas, o que representa um aumento de 86% face ao período homólogo. Esta evolução resultou do forte desempenho dos prémios brutos emitidos pela NOSSA Seguros, que ascenderam a 66 mil milhões de kwanzas, reflectindo o crescimento dos ramos Saúde, Vida, Automóvel e Acidentes, o que compensou o aumento dos custos com sinistros e encargos com resseguros cedidos.

Demonstração dos resultados consolidados

Valores em mil milhões de kwanzas	Jun.25	Dez.25	Jun.26	Var. homóloga	
				Abs	%
Margem financeira	203	421	243	40	20%
Margem Complementar	141	187	46	(95)	(67%)
Produto da actividade bancária	344	609	289	(55)	(16%)
Margem técnica da actividade de seguros	14	44	26	12	86%
Produto da actividade bancária e seguradora	358	653	315	(43)	(12%)
Custos com o pessoal	(52)	(116)	(62)	(10)	20%
Fornecimentos e serviços de terceiros	(58)	(121)	(70)	(12)	21%
Depreciações e amortizações do período	(13)	(27)	(15)	(3)	20%
Provisões e imparidades	(31)	(39)	(15)	16	(52%)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	3	4	1	(2)	(73%)
Resultado antes de impostos	208	353	153	(54)	(26%)
Impostos sobre os resultados	(14)	(33)	(22)	(8)	(58%)
Resultado após impostos	193	321	131	(63)	(32%)
Interesses que não controlam	(2)	(4)	(2)	(0)	8%
Resultado Líquido do período atribuível aos accionistas	191	317	129	(63)	(33%)

Os custos de estrutura registaram um crescimento de 25 mil milhões de kwanzas (+21%), para 148 mil milhões de kwanzas, decorrente do reforço da capacidade operacional do Grupo, incluindo custos com pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros de suporte ao crescimento da actividade.



As imparidades e provisões totalizaram 15 mil milhões de kwanzas, representando uma redução de 16 mil milhões de kwanzas face ao período homólogo, decorrente do menor custo com imparidades complementado pelas reversões e recuperações efectuados no período.

O activo líquido consolidado ascendeu a 6 526 mil milhões de kwanzas, representando um aumento de 5% face a Dezembro de 2025, impulsionado pelo aumento dos recursos de clientes em 7% para 4 813 mil milhões de kwanzas e pelo reforço da estrutura de financiamento do Grupo, evidenciado pela emissão de obrigações corporativas pela Casa-mãe e pelo BAI Cabo Verde.

Esta evolução reflectiu-se no reforço das aplicações junto de bancos centrais e de outras instituições de crédito, que cresceram 38%, complementado pela realocação de recursos provenientes de vencimentos e alienações de Obrigações do Tesouro. Em consequência, a carteira de investimentos em títulos e valores mobiliários registou uma redução de 176 mil milhões de kwanzas para 2 266 mil milhões de kwanzas.

Em particular, a ÁUREA registou uma expansão na carteira do custo amortizado de 5 mil milhões de kwanzas, composta, maioritariamente, por Bilhetes do Tesouro (56%) e Obrigações do Tesouro (43%).

A carteira de crédito manteve-se globalmente estável, totalizando 1 868 mil milhões de kwanzas, o que representa uma ligeira redução de 0,2% face aos 1 872 mil milhões de kwanzas registados em Dezembro de 2025. Esta evolução reflecte sobretudo a dinâmica da Casa-mãe, onde o volume de reembolsos efectuados no período situou-se ligeiramente acima dos desembolsos realizados.

Balanco consolidado

Valores em mil milhões de kwanzas	Jun.25	Dez.25	Jun.26	Var. Jun.26/Dez.25	
				Abs.	%
Caixa e disponibilidades	877	782	934	152	19%
Aplicações em BC e OIC	983	721	993	272	38%
Investimentos em TVM	2 317	2 442	2 266	(176)	(7%)
Crédito a clientes	1 404	1 872	1 868	(4)	(0,2%)
Investimentos em associadas	26	26	26	(0)	(0,5%)
Outros activos	382	350	440	90	26%
Activo líquido	5 989	6 192	6 526	334	5%
Recursos de bancos centrais e OIC	190	214	174	(40)	(19%)
Responsabilidades representadas por títulos	53	53	108	54	101%
Recursos clientes e outros empréstimos	4 489	4 518	4 813	294	7%
Outros passivos	263	277	318	42	15%
Fundos próprios	993	1 130	1 114	(16)	(1%)
Passivo e Fundos Próprios	5 989	6 192	6 526	334	5%

* BC: Banco Central. OIC: Outras Instituições de Crédito. TVM: Títulos e Valores Mobiliários.

O Rácio de Fundos Próprios Regulamentares consolidado fixou-se em 23,6%, menos 1,1 p.p. face a Dezembro de 2025, reflectindo a redução dos fundos próprios regulamentares de 2% para 1 048 mil milhões de kwanzas e o aumento dos requisitos de capital de 3% para 355 mil milhões de kwanzas.

A diminuição dos fundos próprios foi influenciada pela distribuição de dividendos, parcialmente compensada pelo resultado líquido. Por outro lado, o aumento dos requisitos decorreu do maior consumo de capital associado ao risco de crédito e de contraparte e do crescimento dos requisitos para risco de mercado.

Evolução do rácio de fundos próprios

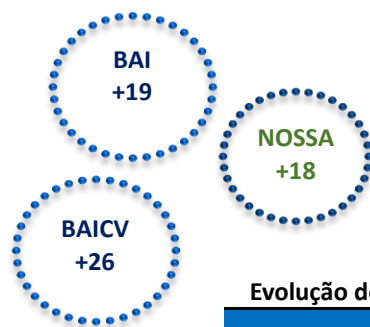
Milhares de milhões de kwanzas, excepto %	Jun.25	Dez.25	Jun.26	Var. Jun.26/Dez.25	
				Abs.	%
Requisitos de Fundos Próprios Regulamentares	275	344	355	11	3%
Fundos Próprios Regulamentares	973	1 067	1 048	(19)	(2%)
(%) Rácio de Fundos Próprios Regulamentares	28,3%	24,8%	23,6%	(1,1 p.p)	-

5.4. Capital Humano

O primeiro semestre de 2026, ficou marcado pela consolidação de uma agenda de transformação do Capital Humano, assente na valorização das pessoas, no desenvolvimento do talento, na meritocracia e na promoção do bem-estar dos Colaboradores. Esta abordagem contribuiu para o fortalecimento da cultura organizacional, promovendo maior compromisso, alinhamento e capacitação das equipas para os desafios estratégicos do Banco.

Caracterização dos colaboradores do Grupo BAI

Em Junho de 2026, o quadro efectivo do Grupo BAI ascendia a 2 913 colaboradores, representando um crescimento de 92 colaboradores face a Dezembro de 2025. Este aumento reflecte a contínua aposta do Grupo no reforço das suas capacidades organizacionais e no desenvolvimento do capital humano, acompanhando a evolução da actividade e as prioridades estratégicas definidas para os diversos segmentos de negócio. Destaque para os aumentos de colaboradores verificados no semestre:



Evolução do número de colaboradores do Grupo

Colaboradores	Dez.25	Jun.26	Variação	
			Abs.	%
BAI	2 038	2 057	19	1%
NOSSA	229	247	18	8%
BAICV	168	194	26	15%
PAY4ALL	122	137	15	12%
SAESP	101	107	6	6%
BAIE	107	98	(9)	(8%)
ÁUREA	44	59	15	34%
FBAI	12	14	2	17%

Evolução e caracterização dos colaboradores do BAI

Colaboradores*

2 057

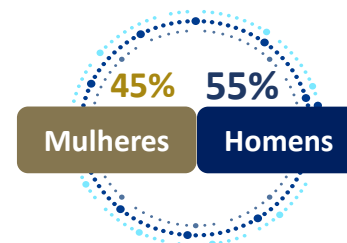
+19 face a Dez.25

*excluindo órgãos sociais

Distribuição por área



Colaboradores por género



Maturidade do Capital Humano



O BAI mantém uma estrutura de capital humano equilibrada, combinando renovação geracional com uma elevada retenção de talento e experiência acumulada, traduzida numa antiguidade média de 12 anos. Esta combinação entre experiência, renovação e diversidade contribui para o fortalecimento da cultura organizacional e para a capacidade do Banco responder de forma eficaz aos desafios do negócio, mantendo uma composição equilibrada da força de trabalho, reforçando o compromisso com a diversidade e igualdade de oportunidades.



Distribuição etária

27%	28%	45%
Até 35 anos	36-40 anos	>40 anos

As funções de liderança apresentam uma estrutura etária madura, com uma idade média de 46 anos na direcção, 40 anos nas chefias intermédias e 42 anos na gerência. Esta experiência é reforçada pela elevada antiguidade dos quadros de gestão, destacando-se que 35% dos directores possuem mais de 19 anos de efectividade. Em conjunto, estes indicadores reflectem uma gestão mais experiente e estável, assegurando continuidade, solidez e visão estratégica.

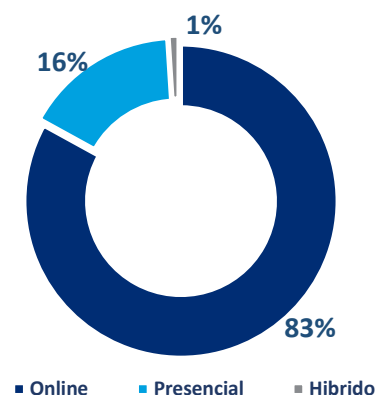
Formação e capacitação

O BAI reforçou a sua aposta no desenvolvimento de competências, abrangendo 96% do efectivo activo e privilegiando formações técnicas alinhadas com as necessidades do negócio, gestão de risco e transformação digital. O número de participantes correspondente a participações em acções de formação, podendo cada colaborador ser contabilizado em mais do que uma acção.

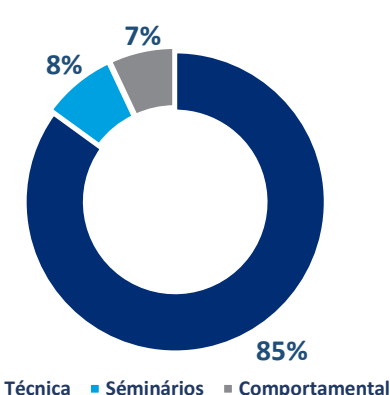
Investimento em formação



Formato da formação



Horas por formação



Horas de formação por área e número de participantes

Áreas de formação	Jun.26	
	Nº de Participantes	Nº de Horas
Atendimento	26	312
Auditoria	33	685
Avaliação de Investimentos	2	40
Branqueamento de Capitais e Prevenção de Fraudes	71	720
Gestão de Risco	958	11 162
Legislação	12	232
Línguas	5	32
Mercados Financeiros	55	1 329
Operações e Técnicas Bancárias	22	360
Planeamento e Orçamento	7	140
Seguros	1 018	21 274
Sistemas Informáticos	2 016	5 450
Total	4 225	41 736



Formações - Unidades de estrutura de controlo

Unidades de Estrutura	Total de Horas de Formação	Nº de Colaboradores Formados
Função de controlo		
Direcção de Auditoria Interna (DAI)	840	26
Direcção de Inspecção e Investigação (DII)	564	25
Direcção de Compliance (DCL)	506	28
Direcção de Segurança de Informação e Investigação Digital (DSID)	263	23
Direcção de Gestão do Risco (DGR)	237	21
Total	2 408	123

Formações - Unidades de estrutura de negócio e suporte

Unidades de Estrutura	Total de Horas de Formação	Nº de Colaboradores Formados
Função tomadora de risco	39 327	1 844
Direcção de Particulares e Negócios (DPN)	24 487	1 007
Direcção Comercial de Empresas (DCE)	2 635	113
Direcção de Tesouraria e Custódia (DTC)	2 089	68
Direcção da Banca e Transformação Digital (DBTD)	1 804	74
Direcção de Marketing (DMR)	1 632	40
Direcção de Sistemas de Informação (DSI)	1 117	59
Direcção de Agentes Bancários (DAB)	635	20
Direcção de Operações (DOP)	561	75
Gabinete de Serviços Premium (GSP)	554	14
Direcção de Planeamento e Controlo (DPC)	446	13
Direcção de Capital Humano (DCH)	424	34
Direcção de Análise de Crédito (DAC)	380	30
Gabinete de Apoio ao Conselho de Administração (GACA)	370	14
Direcção de Comunicação e Gestão da Marca (DCM)	231	24

Formações - Unidades de estrutura de negócio e suporte

Unidades de Estrutura	Total de Horas de Formação	Nº de Colaboradores Formados
Direcção de Suporte Comercial (DSC)	202	49
Direcção de Recuperação de Crédito (DRC)	182	30
Gabinete de Acompanhamento de Crédito (GAC)	174	5
Direcção de Governo Societário e Organização (DGO)	170	11
Direcção de Contabilidade e Finanças (DCF)	160	24
Direcção Jurídica e de Contencioso (DJC)	153	18
Direcção de Compras e Contratações (DCC)	141	19
Direcção de Mercados Financeiros (DMF)	129	13
Direcção de Governo de Dados (DGD)	127	10
Direcção de Património e Logística (DPL)	97	47
Gabinete de Sustentabilidade (GST)	78	2
Direcção de Reconciliações e Reportes (DRR)	73	17
Programa de Transformação Estratégica (PTE)	55	1
Portfólio de Negócios Instituições Financeiras (PNIF)	52	1
Portfólio de Negócios Recursos Minerais, Petróleo e Gás (PNRMGP)	46	1
Portfólio de Negócios Clientes Institucionais (PNCI)	43	1
Gabinete do Provedor do Cliente (GPC)	17	4
Gabinete de Meios de Pagamentos (GMP)	13	2
Portfólio de Negócios Agronegócio (PAN)	13	1
Portfólio de Negócio - Comércio (PNCO)	13	1
Portfólio de Negócio - Prestação de Serviços (PNPS)	13	1
Programa de Protecção de Dados (PPD)	12	1
Total	41 736	1 967

Programas e iniciativas estratégicas implementadas em 2026

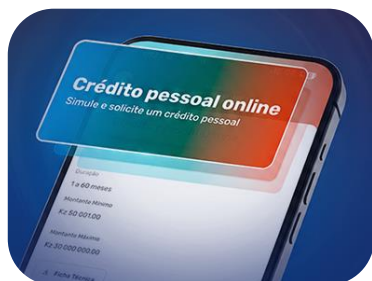
Integração e desenvolvimento

Bolsas de Estudo Colaboradores BAI, 25 beneficiaram da iniciativa, que já resultou na licenciatura de 5 colaboradores, prevendo-se a conclusão de mais 10 colaboradores até ao final de 2026.

Programa de Estágios BAI, acolheu 20 estagiários, com uma taxa de conversão no quadro de pessoal de 70%, num claro sinal do compromisso do Banco com a valorização e integração de jovens profissionais.

Valorização do capital humano

Actualização das condições do crédito online colaborador, medida reforçou as soluções de apoio financeiro disponibilizadas aos Colaboradores.



Actualização salarial e adição do subsídio de saúde e bem-estar, reforço do compromisso do Banco com a valorização do Capital Humano, sendo o pilar fundamental da nossa sustentabilidade e crescimento.

Prémio de desempenho, reconhecendo a contribuição individual dos Colaboradores para os resultados da Instituição.

Saúde e bem-estar

Adição de rotas no transporte colectivo, contribuindo para uma solução de mobilidade mais eficaz e assegurando maior eficiência, conforto, segurança e cobertura territorial.

Melhoria das Condições do Seguro de Saúde, reforçando a protecção dos Colaboradores e respectivos dependentes.

Actividades desportivas promovem estilos de vida saudáveis, contribuindo para o fortalecimento da coesão interna, da disciplina colectiva e da visibilidade institucional num ambiente de competição saudável.

Posto Médico contribui para a prevenção, o alívio de sintomas e o tratamento de situações comuns, garantindo maior conforto e segurança no ambiente de trabalho.



6. Modelo de Governo Societário

2014

Rating Fitch / Moody's

Primeiro Banco em Angola a obter o *rating* das agências internacionais Fitch e Moody's.

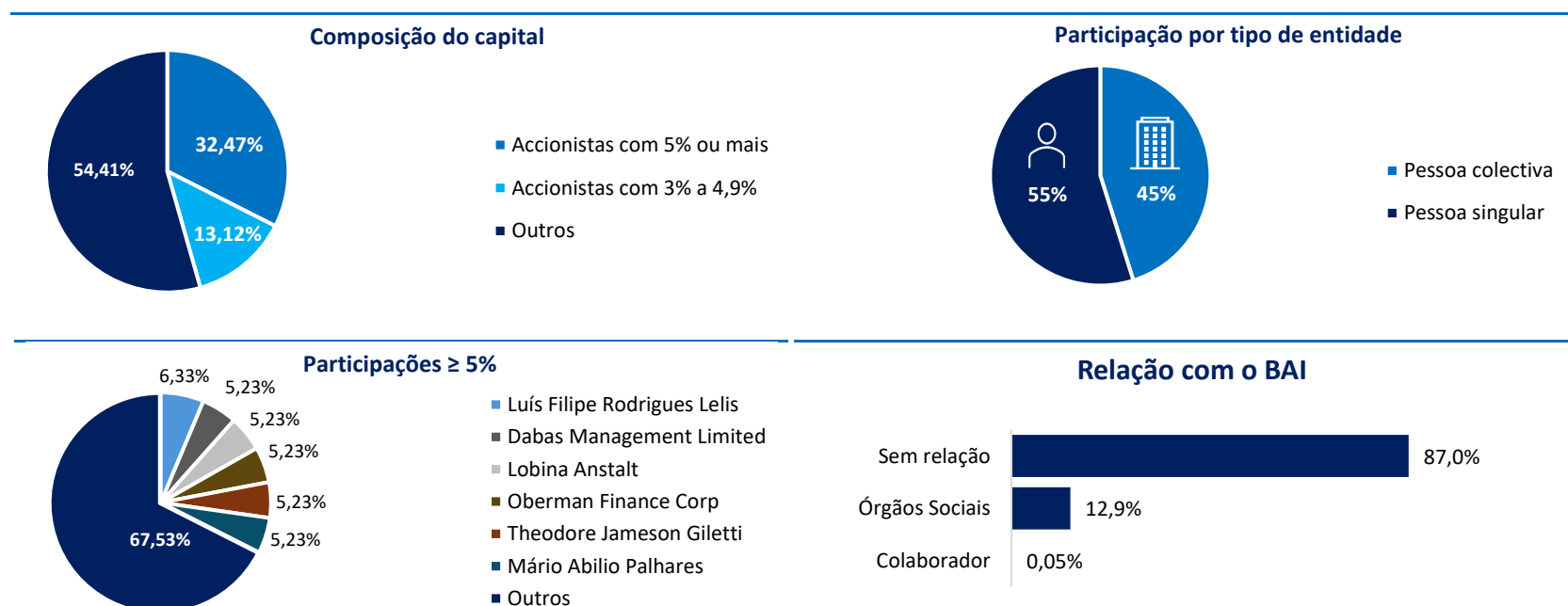


6.1. Governo societário e estrutura accionista

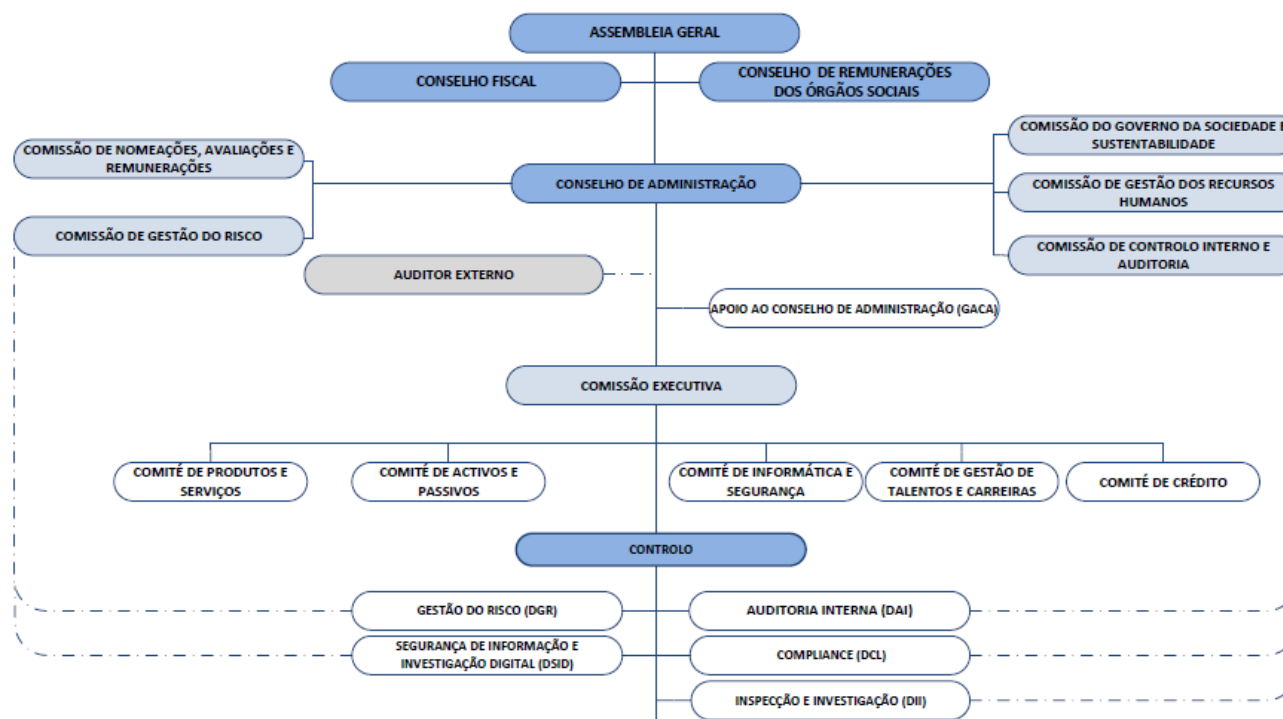
O BAI adopta uma estrutura proporcional à dimensão e complexidade da Instituição, visando a transparência na definição estratégica alinhada com princípios regulamentares e de boas práticas, políticas e processos robustos de gestão de risco, bem como regras claras sobre remuneração e prevenção de conflito de interesses.

O capital social do Banco é de 505 700 000 000 Kz, fraccionado em 19 450 000 acções ordinárias, sob o *International Securities Identification Number* (ISIN) AOBIAAAAAA05, com o valor nominal de 26 mil kwanzas cada.

No 1.º semestre de 2026, a estrutura accionista do Banco era composta por 2 549 accionistas, dos quais 6 accionistas detinham participações iguais ou superiores a 5% do capital social. Abaixo, apresentam-se os detalhes da composição do capital do BAI:



6.2. Estrutura do modelo de governo societário do BAI



Para assegurar uma compreensão abrangente do modelo de funcionamento em matéria de governo societário, o Banco disponibiliza no seu portal institucional os Estatutos, os Regulamentos do Conselho de Administração, da Comissão Executiva, do Conselho Fiscal e das Comissões Especializadas do Conselho de Administração, as Políticas, bem como a composição dos membros dos Órgãos Sociais.

7. Gestão do Risco

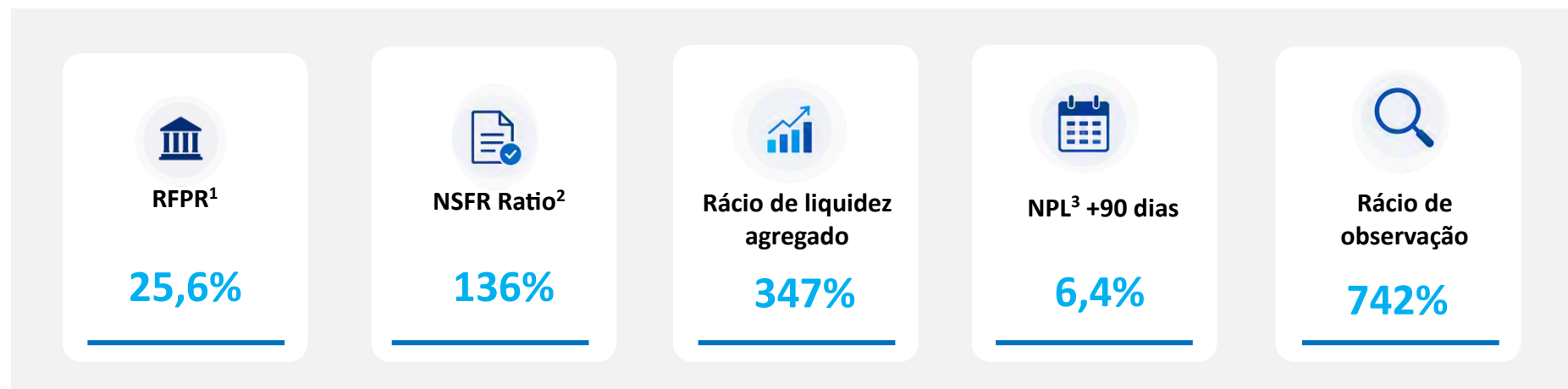
2018

Consolidação da liderança do mercado

Liderança do ranking do total de activos do sistema Bancário.



7.1. Síntese dos principais indicadores de risco (Individual)



1/ Rácio de fundos próprios regulamentares. 2/ Net Stable Funding Ratio (Rácio de Financiamento Estável Líquido). 3/ Non-Performing Loan (Rácio de incumprimento).

7.2. Principais desenvolvimentos do período por entidades do Grupo

Durante o primeiro semestre de 2026, o Grupo BAI reforçou a sua abordagem integrada de gestão do risco, privilegiando o alinhamento das práticas entre as diferentes entidades do Grupo, o fortalecimento dos mecanismos de controlo, a melhoria dos modelos de avaliação e mensuração de riscos e o reforço da resiliência institucional perante cenários adversos.

Entidade	Desenvolvimentos do período
	- Realização do encontro do Colégio de Harmonização da Função de Gestão do Risco, com a participação das filiais do Grupo, visando reforçar a harmonização das práticas de gestão do risco, promover uma visão integrada dos riscos e assegurar a consistência dos processos de reporte e controlo no Grupo. - Prestação de contributos técnicos de segurança no âmbito da consulta pública do BNA sobre o Framework de Cibersegurança, após análise detalhada da proposta regulamentar.

Entidade	Desenvolvimentos do período
	• Execução do modelo de negócio revisto, em conformidade com a estratégia aprovada pelos accionistas. • Transferência da responsabilidade pelo apuramento das imparidades da Unidade de Risco de Crédito (URC) para a Unidade de Gestão de Risco (UGR), no âmbito da reorganização interna da função do risco.
	• Formalização da declaração de apetite ao risco • Migração para uma ferramenta alternativa de cálculo de ECL e optimização do modelo de imparidade • Elaboração da Matriz Integrada de Risco Operacional, com base no catálogo de processos do Banco e na metodologia auto-avaliação de riscos e controlos (RCSA - Risk and Control Self-Assessment).
	• Prestação de contributos técnicos de segurança no âmbito da consulta pública do BNA sobre o Framework de <i>Cibersegurança</i>, após análise detalhada da proposta regulamentar.
	• Condução de processos de elaboração de testes de esforço.

7.3. Perfil de risco do Grupo

O Grupo BAI adopta um perfil de risco conservador² para todos os riscos materiais assumidos na casa-mãe e pelas suas filiais, com um grau de tolerância baixo face ao risco, no quadro de uma gestão de risco que assegure a continuidade do negócio em termos de rentabilidade e de solvabilidade. A abordagem de apetite ao risco é um pilar fundamental da actuação do Grupo BAI, fundamentada na estratégia de negócio definida, e no enquadramento macroeconómico específico de cada entidade, assegurando que a gestão do risco seja alinhada com a sustentabilidade e estabilidade das operações.

Principais riscos e incertezas definidos na Política de Gestão do Risco do Grupo BAI

N.º	Tipologia	Principais factores de Risco em 2026	Perfil	Nível	Principais mitigantes
1	Risco de Crédito	Pressões inflacionistas, necessidades de financiamento do Estado e potencial agravamento da capacidade de cumprimento das obrigações creditícias por famílias e empresas, especialmente as mais expostas ao sector público.	Moderado	Médio-Alto	i) Revisão dos modelos de rating/scoring; ii) Monitorização da exposição global e dos limites às contrapartes.
2	Risco de Concentração	Elevada exposição a operações significativas e sectores específicos, susceptível a impactos decorrentes de alterações do contexto económico e sectorial.	Moderado	Médio-Alto	i) Revisão da Política de Crédito; ii) Reforço do acompanhamento das operações significativas; iii) Monitorização de limites sectoriais; iv) Diversificação do negócio e dos canais de distribuição; v) Gestão das maiores exposições da carteira de seguros.
3	Risco Soberano	Eventual deterioração do rating soberano associada à redução da produção petrolífera, volatilidade do preço do petróleo, pressão cambial e aumento do serviço da dívida pública.	Moderado	Médio-Alto	i) Adequação da exposição ao apetite de risco soberano e ii) monitorização da exposição global e dos limites definidos.
4	Risco de crédito de Contraparte	Agravamento do risco geopolítico e das políticas proteccionistas com impacto sobre a economia global e as exposições internacionais.	Moderado	Médio-Baixo	Revisão dos limites de exposição e monitorização permanente das contrapartes.
5	Risco de Liquidez	Possível impacto na liquidez do sistema financeiro, decorrente de políticas monetárias restritivas.	Muito conservador	Médio-Alto	i) Monitorização semanal dos rácios de liquidez; ii) Cumprimento dos limites internos; iii) Definição de metas de liquidez; iv) Gestão e acompanhamento regular dos fluxos de caixa.
6	Adequação de Capital	Alterações regulamentares, factores macroeconómicos e materialização dos diversos riscos prudenciais com impacto nas necessidades de capital do banco.	Conservador	Médio-Alto	i) Acompanhamento regulatório e interacção com o supervisor; ii) Monitorização dos limites definidos na Política de Gestão do Risco.
7	Risco de taxa de juro	Alterações das taxas de juros de referência decorrentes de medidas de política monetária.	Muito conservador	Baixo	Manutenção de limites conservadores de exposição ao risco de taxa de juro.
8	Risco Cambial	Possíveis restrições de oferta de divisas associadas ao serviço da dívida externa e ao plano de endividamento público.	Muito conservador	Médio-Baixo	Gestão activa da posição cambial e Monitorização regular dos limites definidos para a posição cambial.

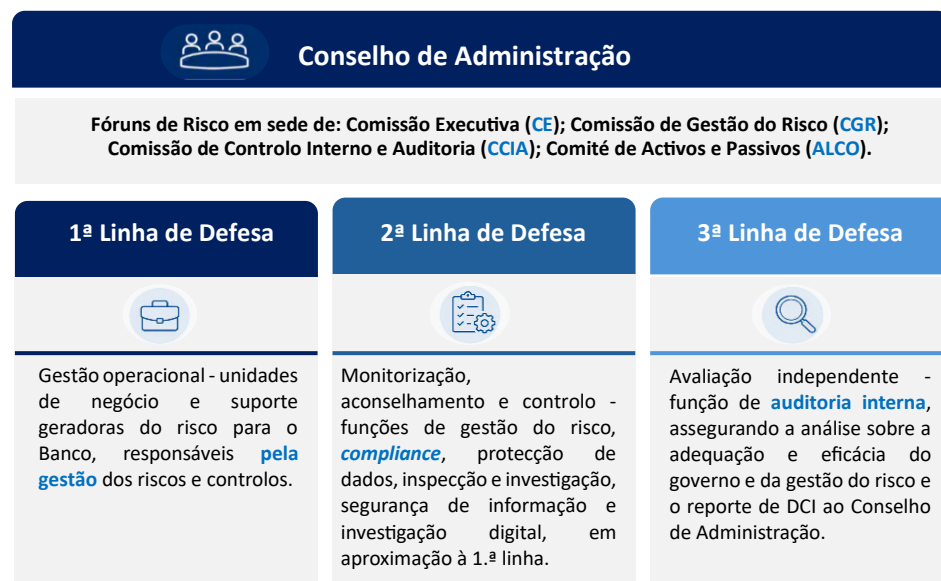
² Corresponde ao nível “Médio-Alto”.

Principais riscos e incertezas definidos na Política de Gestão do Risco do Grupo BAI

N.º	Tipologia	Principais factores de Risco em 2026	Perfil	Nível	Principais mitigantes
9	Risco Operacional	Ciberameaças, falhas de processos, pessoas ou sistemas, fraude e indisponibilidade operacional.	Conservador	Médio-Alto	i) Segregação de funções; ii) Monitorização de incidentes; iii) Reforço das reconciliações; iv) Formação dos colaboradores; v) Revisão de políticas e controlos internos.
10	Risco de Compliance	Aumento das exigências regulamentares, reforço das obrigações de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo (AML/CFT) e desafios associados à qualidade dos dados.	Conservador	Médio-Alto	i) Formações especializadas; ii) Reforço das equipas; iii) Automatização de processos AML; iv) Limites de competência; v) Sistemas de alerta.
11	Risco ESG	Fenómenos climáticos adversos, desafios ambientais e relacionamento com entidades sem práticas sustentáveis.	Moderado	Médio-Alto	i) Seguros multirriscos; ii) Due Diligence; iii) Criação do Gabinete de Sustentabilidade; iv) Disponibilidade de instrumentos como Plano de Continuidade de Negócio, PESI e Política de Crédito.
12	Risco Estratégico	Possível desalinhamento entre a execução estratégica, o enquadramento regulatório e as condições macroeconómicas.	Conservador	Médio-Alto	i) Acompanhamento periódico do Plano Estratégico; ii) Segregação de funções; iii) Limites de competência.
13	Risco Reputacional	Reclamações, falhas de serviço, indisponibilidade de canais e percepção negativa dos stakeholders.	Moderado	Médio-Alto	i) Capacitação das equipas; ii) Melhoria da experiência do cliente; iii) Reforço tecnológico; iv) Comunicação e conteúdos informativos.
14	Risco de Segurança e Integridade dos Dados	Acessos indevidos, ciberataques, falhas de segurança, deficiências na qualidade dos dados e inconsistências entre sistemas.	Conservador	Médio-Alto	i) Investimento em segurança; ii) Formação; Monitorização e reporte; iii) Auditorias; iv) Reconciliações de sistemas; v) Alertas automáticos.
15	Risco de Disponibilidade e Continuidade de IT	Indisponibilidade dos sistemas decorrente de incidentes tecnológicos ou ciberataques.	Conservador	Médio-Baixo	i) Harmonização de regras de validação; ii) Verificação cruzada da informação; iii) Validação junto de fontes externas.
16	Riscos Específicos de Seguro	Sinistralidade elevada, catástrofes naturais e pressão concorrencial do mercado segurador.	Moderado	Alto	i) Segregação de funções na comercialização e emissão/registo da apólice; ii) Política de Subscrição e Resseguro; iii) Revisão da tarifa com alguma frequência; iv) Política de Descontos; v) Análise de rentabilidade; vi) Avaliação actuarial; vii) Benchmark de mercado.

7.4. Governo e organização da gestão do Risco do Grupo BAI

O Modelo de controlo interno do Grupo BAI prevê a implementação de um conjunto de estratégias, políticas, processos, procedimentos e sistemas, tendo como base o modelo das três linhas de defesa:



No quadro das políticas internas definidas ao nível de cada entidade do Grupo, o sistema de gestão do risco do Grupo envolve os seguintes órgãos e respectivas funções:

BAI

- **Conselho de Administração (CA)**: responsável por definir, aprovar e implementar um sistema de gestão de riscos que permita a identificação, avaliação, controlo e acompanhamento de todos os riscos materiais a que o Banco se encontra exposto;
- **Comissão de Controlo Interno e Auditoria (CCIA)**: zelar pela observância das disposições legais e regulamentares, dos Estatutos e do Código de

Conduta do Banco, das normas e recomendações emitidas pelas autoridades de supervisão, bem como das políticas gerais, normas e práticas internas do Banco;

- **Comissão de Gestão do Risco (CGR)**: aconselhar o CA sobre as estratégias de abordagem do risco, considerando a situação financeira, a natureza, a dimensão e a complexidade da actividade. Identificar, avaliar, monitorizar e controlar os riscos, a apetência para o risco e o trabalho realizado pela Auditoria Externa e pela Delegação de Competências de Acompanhamento do Sistema de Controlo Interno. As competências atribuídas à CGR, abrangem não só o Banco, como também todas as sociedades financeiras que, a qualquer momento, estejam em relação de domínio ou de grupo com o Banco;
- **Direcção de Gestão do Risco (DGR)**: responsável pela identificação, avaliação e acompanhamento dos riscos materialmente relevantes para o Banco, bem como pelo acompanhamento da adequação e da eficácia das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências do sistema de gestão do risco;
- **Direcção de Segurança de Informação e Investigação Digital (DSID)**: responsável por garantir a efectividade das políticas e dos controlos de confidencialidade, integridade, disponibilidade e conformidade no tratamento de ameaças que podem pôr em risco a segurança cibernética e a segurança electrónica da informação processada, armazenada e transportada pelos sistemas e tecnologias de informação do Banco;
- **Programa de Protecção de Dados Pessoais (PPD)**: responsável por controlar o cumprimento dos princípios e normas da Lei Nacional da Protecção de Dados Pessoais e do Regulamento Geral de Protecção de Dados da União Europeia e garantir que foram definidos os meios de acesso à informação no que respeita à protecção de dados;
- **Unidades de Estrutura do Banco**: responsáveis pelo controlo efectivo dos riscos e cumprimento dos manuais de procedimentos internos definidos pela Comissão Executiva.

Uma descrição mais pormenorizada das funções destes órgãos, encontra-se disponível no portal institucional do Banco e no Relatório de Governo Societário e Controlo Interno do Grupo Financeiro.

Filiais:

- Conselho de Administração (CA): responsável por definir e implementar um conjunto integrado de processos que garantem uma compreensão apropriada da natureza e da magnitude dos riscos subjacentes à actividade desenvolvida, possibilitando, assim, a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de todos os riscos materiais a que a filial se encontra exposta;
- Cada entidade do grupo dispõe de:
 - **Função de Gestão do Risco:** responsável pela identificação, avaliação e acompanhamento dos riscos materialmente relevantes para a respectiva filial, bem como pelo acompanhamento da adequação e da eficácia das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências do sistema de gestão do risco;
 - **Função de auditoria interna:** (i) avaliação da adequação e eficácia do sistema de controlo interno de cada filial; (ii) emissão de recomendações e verificação da sua observância; (iii) elaboração de relatórios periódicos sobre os resultados da sua avaliação do sistema de controlo interno e medidas tomadas para mitigar as deficiências detectadas, dirigidos aos vários órgãos a quem reporta;
 - **Áreas funcionais:** as unidades tomadoras do risco são responsáveis pelo controlo efectivo dos riscos e cumprimentos dos normativos internos.

7.5. Principais riscos contemplados no sistema de gestão do risco

O modelo de Gestão de Risco do Grupo identifica os seguintes riscos materialmente relevantes:

Tipos de riscos

Riscos	Riscos não financeiros
Risco de crédito • Contraparte; • Concentração; • Soberano; • Incumprimento de crédito.	Risco Operacional • Fraude; • <i>Compliance</i>; • Sistemas de informação; • Risco ESG.
Risco de balanço • Taxa de juro; • Taxa de câmbio; • Liquidez.	Outros riscos • Risco Estratégico; • Risco Reputacional; • Risco de Seguros; • Risco Imobiliário;

Risco de balanço e de mercado

O risco de balanço resulta de desequilíbrios entre activos e passivos sensíveis às taxas de juro e de câmbio, enquanto o risco de mercado decorre de variações nos preços dos instrumentos da carteira de negociação, influenciadas por alterações nas taxas de juro, câmbio, acções ou commodities.

O Modelo de gestão do risco de balanço e mercado adoptado pelo Grupo BAI é baseado em quatro etapas:

- identificação e registos dos principais riscos;
- avaliação quantitativa e qualitativa dos riscos identificados;
- controlo da efectividade e eficiência das medidas de mitigação definidas;
- acompanhamento e reporte de informação.

Relativamente ao risco de taxa de câmbio, para o caso das filiais que operam em Angola, aplica-se o limite de 20% dos fundos próprios regulamentares para as posições activas (longas) e para as posições passivas (curtas) ou outro mais exigente definido pelas entidades reguladoras. No caso das outras filiais, a posição líquida global em divisas, não deve exceder 5% dos fundos próprios totais.

Acompanhamento e reporte do risco de balanço e mercado

O acompanhamento e reporte do risco de balanço e mercado é efectuado por meio de relatórios e apresentações com uma periodicidade mensal ao ALCO, à Comissão de Gestão do Risco (CGR) e ao BNA (quando aplicável).

Avaliação e controlo do risco de balanço e mercado

Ao nível da casa mãe, a avaliação do risco de balanço e mercado é efectuada com uma periodicidade mínima quinzenal, por meio de cálculos dos principais indicadores, assegurando-se uma validação periódica dessas métricas.

O controlo dos riscos de balanço e mercado é efectuado com a monitorização periódica do cumprimento dos limites estabelecidos na Declaração de Apetite ao Risco definidos pelo CA, ALCO ou pelo BNA (quando aplicável).

Ao nível do Grupo Financeiro, o controlo do risco de taxa de juro é efectuado de acordo com as linhas de orientação por moeda para as posições em que esse risco seja relevante, como sejam activos financeiros titulados, crédito a clientes ou algumas operações passivas.

7.5.1. Gestão da liquidez e do capital

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital resultantes da incapacidade de a

Instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A nível do Grupo Financeiro, as diversas filiais são responsáveis por cobrir suas próprias necessidades de liquidez sendo obrigatório o cumprimento dos seguintes limites: (i) Limites de tesouraria definidos na Política de Gestão do Risco do Grupo Financeiro para as posições de tesouraria por moeda, para as moedas com maior materialidade no balanço; e (ii) Rácio de financiamento – Funding disponível >100% do funding necessário.

Na casa-mãe, para o cálculo do indicador de liquidez de curto prazo (LCR), adopta-se o limite prudencial de 130% que, para além do limite de 100% definido pelo Comité de Basileia, inclui os requisitos prudenciais adicionais de 20% estabelecidos pelo BNA e a reserva de conservação de 10% definida no âmbito da orientação SREP³.

Abaixo, apresenta-se a evolução dos principais rácios de liquidez no período em análise, em base individual:

Liquidez e Rácio de Liquidez Regulamentar

Indicador	Jun.25	Dez.25	Jun.26
Rácio de Liquidez Agregado	399,1%	610,9%	346,9%
Rácio de Observação Agregado	707,9%	1 631,0%	741,7%
Net Stable Funding Ratio	391,3%	152,8%	136,2%
Limite BNA (rácio de liquidez)	130,0%	130,0%	130,0%

Capital e Rácio de Fundos Próprios Regulamentares

As entidades filiais do Grupo deverão ter um rácio de solvabilidade adequado ao regulamento a que se encontram sujeitos ou aplicáveis ao sector de actividade.

³ Supervisory Review and Evaluation Process, que consiste em procedimentos a serem conduzidos anualmente pelo BNA, para assegurar que cada instituição financeira bancária dispõe de estratégias, processos internos, bem como capital e liquidez adequados aos riscos a que está exposta.

Para a casa-mãe, os fundos próprios regulamentares são apurados de acordo com o Aviso n.º 08/21, de 18 de Junho e o Instrutivo n.º 19/21, de 27 de Outubro, sendo o rácio mínimo de fundos próprios totais a cumprir de 8%.

Em Junho de 2026, o Rácio de Fundos Próprios Regulamentares a nível individual ascendeu a 25,67%, situando-se confortavelmente acima, quer do mínimo regulamentar inicial quer do estipulado pelo SREP.

Evolução do capital e seus requisitos em base individual

Milhões de kwanzas	Jun.25	Dez.25	Jun.26
Fundos próprios regulamentares	765 483	879 722	848 731
Requisitos de Fundos Próprios Regulamentares	232 191	265 735	264 935
Rácio de Fundos Próprios Regulamentares	26,4%	26,5%	25,6%
Rácio de Alavancagem considerando reservas obrigatórias	15,2%	17,2%	15,7%
Rácio de Alavancagem desconsiderando reservas obrigatórias	18,6%	18,9%	17,2%

Evolução do capital e seus requisitos em base consolidada

Milhões de kwanzas	Jun.25	Dez.25	Jun.26
Fundos próprios regulamentares	972 819	1 067 378	1 048 030
Requisitos de Fundos Próprios Regulamentares	275 183	344 988	354 740
Rácio de Fundos Próprios Regulamentares	28,3%	24,8%	23,6%
Rácio de Alavancagem considerando reservas obrigatórias	15,9%	16,9%	15,9%
Rácio de Alavancagem desconsiderando reservas obrigatórias	18,7%	18,2%	17,1%

7.5.2. Risco de crédito e de contraparte

O risco de crédito e de contraparte decorre da probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital por incapacidade de uma contraparte cumprir com os seus compromissos financeiros com a instituição.

No âmbito da identificação do risco de crédito e contraparte, o Banco utiliza mecanismos de mensuração para mitigar o risco de crédito subjacente às operações ou produtos, tais como: modelos de *scoring e rating*, classificação do crédito concedido e parecer de risco de crédito.

No caso das empresas, a atribuição do rating é resultante da avaliação da (i) capacidade de gestão da empresa, (ii) entidades Relacionadas, (iii) situação económico-financeira, (iv) historial na banca e do (v) sector de actividade. A cada parâmetro corresponde um ponderador que, aplicado à classificação atribuída, determina a respectiva nota; o rating da empresa resulta da soma das notas dos cinco parâmetros.

Para os particulares, o modelo de scoring avalia (i) o envolvimento comercial, (ii) a estabilidade social, (iii) a situação profissional, (iv) a situação económico-financeira do cliente e da (v) qualidade das garantias. A cada parâmetro corresponde um ponderador que, aplicado à classificação atribuída, determina a respectiva nota; o scoring do cliente resulta da soma das notas dos cinco parâmetros.

As decisões de crédito devem ser suportadas pelo Comité de Crédito, o órgão colegial que tem como objectivo apreciar as operações de crédito de acordo com as políticas e limites definidos pelo CA, bem como monitorizar a carteira de crédito em incumprimento.

O Banco avalia o risco de crédito e de contraparte por meio de modelos de avaliação de evidências objectivas de deterioração de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros, sendo que com base nas normas regulamentares, todos os activos financeiros sujeitos ao risco de crédito devem ser submetidos à avaliação de imparidade no quadro dos requisitos definidos pela IFRS 9 (International Financial Reporting Standard 9).

Nesse contexto, e semestralmente, com base nos critérios estipulados nas normas, incluindo o Instrutivo n.º 08/19 e nas características contratuais em relação aos indícios de imparidade ou *default*, o Banco efectua um processo de

análise individual para exposições significativas na carteira de activos financeiros sujeitos ao risco de crédito.

Um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros estão deteriorados, implicando o reconhecimento das respectivas perdas esperadas por imparidades se:

- Existem evidências objectivas de imparidade como resultado de um ou mais eventos de perdas que ocorrerem após o reconhecimento inicial do activo (um evento de perda); e
- Esse evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados para o activo financeiro.

O montante de imparidade é mensurado como a diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor presente das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados à taxa efectiva do activo financeiro. As instituições devem garantir a identificação oportuna das perdas e o reconhecimento contabilístico associadas à imparidade do valor recuperável, adoptando critérios conservadores e apropriados para evidências de redução do valor recuperável para cada segmento da linha de crédito.

De acordo com a IFRS 9, considera-se a existência de avaliações individuais (para activos individualmente significativos) e avaliações colectivas de imparidade (para grupos homogéneos de riscos).

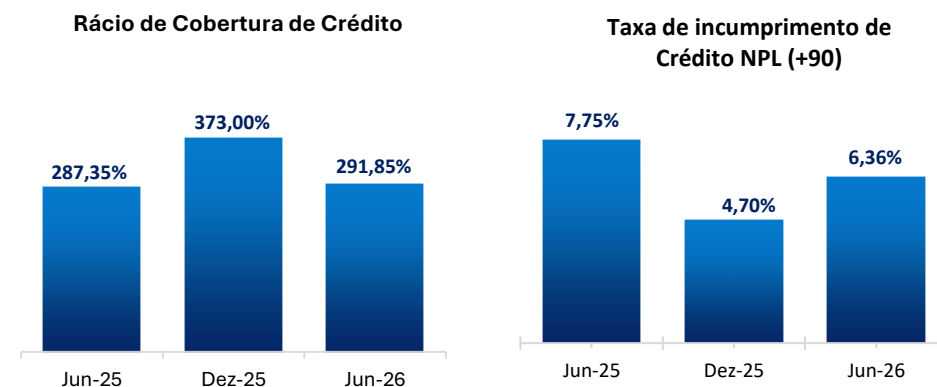
De acordo com a norma referida acima, existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual e (ii) análise colectiva.

Segundo o modelo de cálculo desenvolvido no Banco, as perdas esperadas por imparidade são calculadas com base na distribuição da carteira de activos por estágios de imparidade, cujo cálculo de imparidade é realizado da seguinte forma:

- **Estágio 1** – cálculo de perdas esperadas por imparidade na “Análise Colectiva” é feito considerando até 12 meses dos valores a receber;
- **Estágio 2** – cálculo de perdas por imparidade na “Análise Colectiva” é feito considerando a totalidade dos compromissos a receber até maturidade do instrumento;
- **Estágio 3 (operações em incumprimento)** – aplica-se uma PD⁴ de 100% em “Análise Colectiva” e a LGD⁵ do segmento de risco, para todos os compromissos a receber até à maturidade.

No período em referência, a taxa de incumprimento de crédito a mais de 90 dias fixou-se em 6,4%, acima dos 4,70% registados em Dezembro de 2025, tendo-se observado uma redução no rácio de cobertura de crédito NPL (+90) de 373% para 291,85% em Junho de 2026.

Sistematiza-se abaixo a evolução de indicadores da qualidade da carteira de crédito do BAI:



⁴ Probabilidade de default.

⁵ Lost Given Default (Incumprimento dado a perda).

A Política de Crédito, aprovada pelo CA, estabelece as rubricas do balanço sujeitas a risco de crédito, nomeadamente as aplicações de liquidez, os títulos e valores mobiliários, a carteira de crédito e os elementos extrapatrimoniais.

Em conformidade com o Instrutivo n.º 10/23 do Banco Nacional de Angola (BNA), relativo aos limites prudenciais aos grandes riscos, o Banco observa o limite individual de exposição correspondente a 25% dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR). Complementarmente, adopta limites internos de exposição por contraparte, definidos com base numa avaliação global da sua situação económico-financeira, suportada por um modelo interno de análise e aprovados pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO). Adicionalmente, o BAI assegura o cumprimento dos requisitos regulamentares aplicáveis à concessão de crédito a partes relacionadas e a titulares de funções ou cargos de gestão relevantes, nos termos estabelecidos no Aviso n.º 01/25 do Banco Nacional de Angola.

7.5.3. Risco operacional

A gestão do risco operacional assenta numa abordagem transversal, orientada aos processos de negócio, suporte e controlo, abrangendo todas as unidades de estrutura. Esta abordagem permite identificar e gerir riscos associados a falhas na análise, processamento ou liquidação de operações, fraudes internas e externas, recurso a serviços subcontratados, processos internos ineficazes, insuficiência ou inadequação de recursos humanos e indisponibilidade da infraestrutura.

No âmbito da Continuidade de Negócio, em conformidade com as directrizes do BNA, o Banco assegura a identificação dos colaboradores críticos, a existência de locais alternativos, a realização de testes de coerência e acções de treino e consciencialização.

7.5.4. Risco de sistemas de informação

A gestão do risco de Segurança da Informação e Tecnologias de informação visa assegurar a confidencialidade, integridade e a disponibilidade da informação

quer ao nível de dados quer ao nível de serviços de sistemas e tecnologias de informação. Na casa-mãe, este processo é realizado com base em um conjunto de políticas, normas e processos ao nível de controlos processuais alinhados com a regulamentação nacional e boas práticas internacionais aplicáveis, nomeadamente:

- Análise e revisão da matriz de riscos de Tecnologias de Informação (TI) existente, com identificação de redundâncias e oportunidades de melhoria;
- Reformulação da metodologia de gestão de riscos, adoptando uma abordagem baseada em cenários de risco;
- Consolidação e racionalização dos riscos identificados, reduzindo significativamente a complexidade da matriz;
- Mapeamento dos cenários de risco às categorias de activos, garantindo maior consistência na avaliação;
- Alinhamento da matriz com as boas práticas e referenciais internacionais de gestão de risco e segurança da informação;
- Preparação da matriz de riscos para integração na plataforma corporativa de gestão do risco de compliance e cibernéticos para apoio à tomada de decisão.

Destaca-se o BAI Europa, onde o processo de gestão dos riscos de segurança de informação, TI e cibersegurança, foi consolidado este ano, com o reforço da identificação, avaliação, tratamento e monitorização dos riscos dos activos críticos de SI/TI, mantendo um perfil de risco baixo e alinhado ao apetite definido pelo Conselho de Administração.

As actividades focaram-se no reforço da matriz de riscos, na monitorização de indicadores críticos, no tratamento de ocorrências, na revisão de controlos e no acompanhamento de iniciativas de continuidade de negócio, resiliência operacional e cibersegurança.

Destaca-se ainda a coordenação entre a Segurança da Informação, os Sistemas de Informação e a Gestão de Riscos, assegurando uma visão integrada dos riscos de SI/TI, medidas de mitigação e reporte periódico ao CAGR e ao CTI.

Estas iniciativas reforçaram o ambiente de controlo, a protecção da informação e a capacidade do Banco de prevenir, detectar, responder e recuperar de eventos que possam afectar sistemas, dados e operações críticas.

7.5.5. Risco Reputacional

O risco de reputação é entendido como o risco de impactos negativos nos resultados ou no capital resultantes da percepção adversa da imagem da instituição por parte de clientes, contrapartes, accionistas, investidores ou reguladores devido a acções da empresa ou dos seus funcionários.

O **BAI** identificou as categorias específicas do risco reputacional, designadamente: (i) risco de reputação específico, associado à percepção negativa da imagem do Banco decorrente de acções internas da própria Instituição; (ii) risco da actividade bancária, relacionado com a percepção desfavorável da Instituição resultante da actuação do sector bancário em geral; e (iii) risco de outras actividades, decorrente de potenciais danos reputacionais associados a actividades não essenciais à actividade principal da Instituição.

O controlo e a mitigação do risco reputacional são assegurados em conformidade com a Política de Gestão do Risco do Grupo, através das seguintes medidas:

- Alinhamento do Código de Conduta com os princípios de bom governo corporativo;
- Implementação de procedimentos de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo;
- Controlo das comunicações externas, incluindo imprensa, e das comunicações internas dirigidas aos colaboradores;

No **BAI Europa**, o risco reputacional é mitigado através do seu Sistema de Gestão de Riscos, assegurando a monitorização contínua da adequação e eficácia dos mecanismos de controlo. Neste âmbito, a Função de Gestão de Riscos e o Departamento de Compliance acompanham a implementação de medidas correctivas, promovem o cumprimento da legislação, dos requisitos regulamentares e dos normativos internos, e asseguram a monitorização contínua da percepção dos *stakeholders*.

Na **ÁUREA SDVM**, o risco reputacional é mitigado através do Código de Conduta, da Política de Gestão de Risco, da Política de Gestão de Reclamações, dos Procedimentos de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo e do controlo da comunicação institucional. A eficácia destes mecanismos reflectiu-se no 1.º semestre de 2026, período em que foram tratadas 99% das 230 reclamações recebidas, demonstrando uma elevada capacidade de resposta e um controlo eficaz do risco reputacional.

7.5.6. Risco estratégico

O risco estratégico está associado aos impactos negativos nos resultados ou no capital resultantes de decisões estratégicas inadequadas, falha no cumprimento dos objectivos de negócio, má implementação de decisões ou incapacidade de responder a mudanças no ambiente ou no ecossistema bancário.

O **BAI** identifica diversas componentes relacionadas com o risco estratégico da Instituição, nomeadamente:

- Risco macroeconómico: probabilidade de ocorrência de impactos de mudanças imprevistas no ambiente macroeconómico;
- Risco geopolítico: possibilidade de ocorrência de desenvolvimentos políticos e/ou militares em regiões geográficas em que a Instituição opera ou que podem impactar as suas operações;
- Risco do modelo de negócio: probabilidade de ocorrência de uma disrupção competitiva no sistema bancário ou de obsolescência do modelo de negócio da própria Instituição;

- Risco de execução do plano estratégico: potencial ocorrência de desvios na implementação do plano estratégico;
- Risco de participações: probabilidade de ocorrência de impactos em instrumentos de capital próprio (participações financeiras);
- Risco de alterações climáticas: possibilidade de ocorrência de mudanças climáticas com impactos na sociedade, regiões do planeta e ecossistemas.

O controlo e mitigação deste risco são feitos através de (i) análise mensal da performance financeira das filiais, comparação com o orçamento e da avaliação dos desvios; (ii) controlo dos riscos de forma a assegurar uma implementação adequada da estratégia e o cumprimento dos objectivos das filiais; (iii) monitorização dos indicadores económicos; (iv) acompanhamento dos eventos políticos.

No que se refere ao **BAI Europa**, a Política de Gestão de Riscos e o normativo interno descrevem a estratégia e os procedimentos que devem ser seguidos na gestão do risco de crédito e incluem: limites para posições em risco de crédito, delegação de poderes, e os princípios inerentes à concessão de crédito e ao acompanhamento das posições em risco.

7.5.7. Risco ESG

O BAI tem a visão de ser o Banco Angolano de referência igualmente em matérias relacionadas com a implementação de métricas de controlo e mitigação do risco ESG (Environmental, Social and Governance), procurando a integração da sustentabilidade na sua cultura, no dia-a-dia das suas operações e no seu negócio, tendo já definido uma Estratégia de Sustentabilidade.

Por outro lado, o BAI considera os Riscos ESG no seu Sistema de Gestão de Riscos, salientando-se que para o desenvolvimento da Estratégia de Sustentabilidade se verifica a necessidade de robustecer e otimizar os processos existentes de modo que progressivamente se consiga proceder à identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e reporte dos riscos ESG materiais na actividade do Banco.

O Banco efectuou a definição da Taxonomia de Riscos ESG, através da identificação de diferentes Factores ESG a serem avaliados, tendo em conta o contexto e o modelo de negócio do BAI, onde se incluem aspectos de natureza ambiental, social e de governação, tendo concluído que se trata de um risco a que o Banco se encontra exposto com nível médio-baixo.

Entre as filiais do Grupo, o BAI Europa já tem o risco ESG integrado no seu Sistema de Gestão de Riscos e é acompanhada pela FGR, com reporte aos órgãos de governo. O processo assenta na monitorização de indicadores, análise dos riscos físicos e de transição, avaliação independente pela Direcção de Auditoria e adopção de medidas de mitigação, reforçando o alinhamento com o apetite ao risco, a estratégia e as exigências regulamentares.

7.5.8. Compliance

As entidades que integram o Grupo Financeiro dispõem de uma função de Compliance, que assegura o alinhamento e cumprimento dos requisitos legais e regulamentares em vigor nas jurisdições onde operam as suas participadas, bem como a conformidade com os normativos e directrizes internas. O modelo que visa reforçar o sistema de controlo interno do Grupo tem sido continuamente aperfeiçoado, de forma a garantir uma intervenção mais abrangente da Função de Compliance da empresa-mãe ao nível de todo o Grupo.

No BAI, a função Compliance desempenha um papel estratégico na identificação, prevenção e mitigação do risco de Compliance, definido como sendo o impacto potencial adverso nos resultados ou no capital devido a incumprimentos legais, regulamentares ou éticos.

Como referido anteriormente, esta função integra o Sistema de Controlo Interno do Banco, e actua como a 2ª linha de defesa, com enfoque na avaliação de actividades, sistemas e processos, sobretudo na Prevenção do Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PBCFT/P), promovendo uma cultura de conformidade nas unidades e operações do Banco.

O Banco mantém um Programa de PBCFT/P, baseado numa abordagem assente no risco, com o objectivo de mitigar práticas ilícitas e assegurar o cumprimento dos normativos aplicáveis. O CA assegura os recursos necessários e promove uma cultura de conformidade, incluindo a realização de acções de formação com periodicidade anual, dirigidas a colaboradores, Órgãos Sociais e parceiros. O Programa é um dos vectores essenciais para preservar a confiança dos *stakeholders* e a estabilidade do sistema financeiro.

A seguir, listam-se os principais desenvolvimentos do Banco em âmbito do risco de compliance:

- Realização da Avaliação de Risco Institucional em matéria de PBCFT/P, em base individual.
- Reforço e optimização dos mecanismos de screening de clientes e transacções contra listas internacionais de sanções, com vista ao aumento da precisão e eficácia dos alertas.
- Integração do módulo Trade-Based AML com a plataforma Trade Innovation, com o objectivo de reforçar a monitorização das transacções comerciais.
- Aumento das diligências reforçadas junto de clientes classificados como de alto risco, para 19 905 acções de diligência reforçada.
- 119 declarações de operações suspeitas comunicadas à Unidade de Informação Financeira (UIF).
- Aperfeiçoamento do processo de monitorização e avaliação das normas aplicáveis ao Grupo Financeiro.

Informações detalhadas sobre o modelo organizacional da função de Compliance estão disponíveis no Relatório Anual de Governo Societário de 2025.

7.5.9. Auditoria Interna

A Função de Auditoria Interna constitui uma função relevante da estrutura de governo societário e do sistema de controlo interno do Grupo Financeiro BAI,

actuando como terceira linha de defesa e prestando uma avaliação independente, objectiva e baseada no risco sobre a adequação e eficácia dos processos de governação, gestão de riscos e controlo interno.

A missão da função consiste em apoiar o Conselho de Administração e os seus órgãos especializados na salvaguarda dos activos, na promoção de uma cultura de controlo robusta, na fiabilidade da informação financeira e operacional, na conformidade com os requisitos legais e regulamentares e na sustentabilidade do modelo de negócio.

A Função de Auditoria Interna exerce as suas actividades com independência organizacional e autonomia funcional, reportando aos órgãos de governo competentes e desenvolvendo os seus trabalhos em conformidade com os requisitos regulamentares do BNA, as Normas Globais de Auditoria Interna do Institute of Internal Auditors (IIA) e as melhores práticas internacionais de auditoria e governação.

No exercício das suas responsabilidades, a função adoptou uma abordagem de auditoria baseada no risco, considerando os riscos emergentes, as prioridades estratégicas, os requisitos regulamentares e a evolução do ambiente de controlo. Os trabalhos realizados abrangeram processos de negócio, de suporte, sistemas de informação, gestão de riscos e conformidade regulamentar, contribuindo para o reforço da eficácia operacional e da resiliência organizacional.

Enquanto empresa-mãe, o BAI assegura igualmente uma supervisão consolidada da função de auditoria interna das suas filiais do Grupo Financeiro. Neste âmbito, o Banco acompanha, periodicamente, a adequação, independência, desenvolvimento de capacidade técnica e desempenho desta função nas suas filiais, emitindo pareceres e recomendações com vista ao reforço contínuo dos respectivos sistemas de governação, gestão de riscos e controlo interno.

8. Estratégia e Sustentabilidade

www.aurea.ao



2022

Oferta Pública Inicia do BAI

ÁUREA

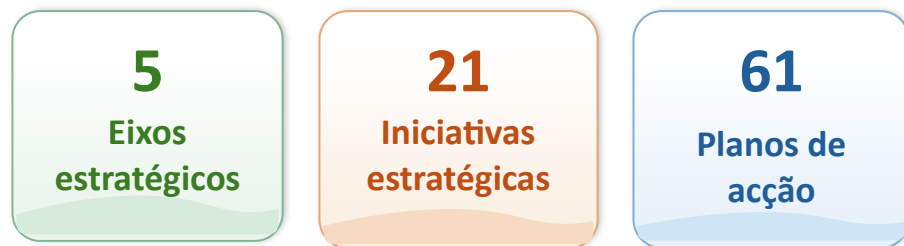
Constituição da filial no sector da
distribuição de valores mobiliários.



8.1. Plano Estratégico 2022-2027

Programa de Transformação Estratégica — “Geração BAI 2.1”

O Plano Estratégico Geração BAI 2.1, definido para o período 2022-2027, estabelece as bases para o desenvolvimento do Banco no longo prazo, assente num compromisso contínuo com a excelência e com o crescimento sustentável, orientado para resultados robustos e consistentes, para a concretização da visão: “Oferecer a melhor experiência bancária em Angola”.



Estrutura do Programa

Focado no compromisso contínuo com excelência e crescimento sustentável, inovação, qualidade de serviço, canais e inclusão:

1. Colocar a experiência do Cliente no Centro da Operação

- Simplificar e Automatizar Processos Críticos para o Cliente;
- Optimizar o Modelo de Distribuição;
- Definir uma Estratégia para Comunicação e Satisfação do Cliente.

2. Impulsionar a Rentabilidade do Negócio

- Potenciar a Contribuição do *Bancassurance* para Produto Bancário;
- Dinamizar os Mercados Financeiros;
- Diversificar e Potenciar o crédito;
- Personalização da Oferta de *Pricing* Inteligente.

3. Promover Activamente uma Cultura de Alto Desempenho e Meritocracia

- Recrutar os melhores e os Mais Brilhantes;
- Impulsionar uma Cultura de Alto Desempenho;
- Implementar uma Estratégia de Desenvolvimento e Retenção de Capital Humano.

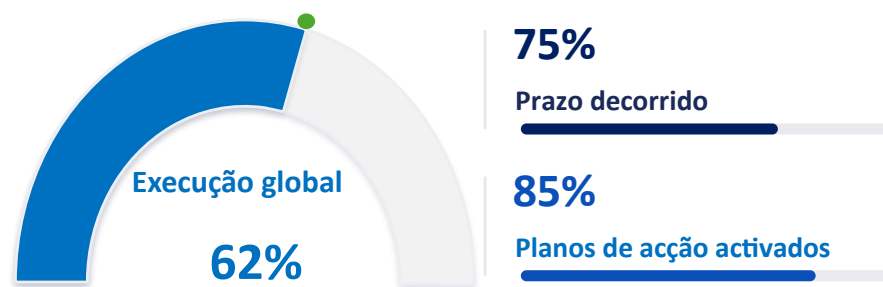
4. Privilegiar a Transformação Digital com Âncora da Eficiência Operacional

- Desenvolver o Plano Estratégico dos Sistemas de Informação (PESI);
- Definir e Implementar a Arquitectura Empresarial do Futuro;
- Optimizar a Arquitectura de Segurança;
- Evoluir os Canais Digitais, Meios de Pagamento e Oferecer a Melhor Experiência de Banco no Bolso;
- Evoluir a capacidade Analítica e Consolidar a Informação de Gestão.

5. Consolidar o Grupo Financeiro, Implantando as Melhores Práticas de Gestão do Risco e de Sustentabilidade

- Operacionalizar a Abertura de Capital do BAI;
- Consolidar o Grupo Financeiro e evoluir o Modelo de Governo do Grupo;
- Evoluir a Gestão do Risco;
- Modernizar e Agilizar o Sistema de Controlo Interno.
- Evoluir o Plano de Continuidade de Negócio;
- Posicionar e Desenvolver a Estratégia do Grupo sobre a Sustentabilidade.

Execução do Geração BAI 2.1



Conquistas relevantes ao abrigo do Geração BAI desde o seu arranque

1. Conclusão do Eixo 3 - Cultura de alto desempenho e meritocracia.
2. Operacionalização da abertura de capital do BAI.
3. Aumento da contribuição do Bancassurance no produto bancário.
4. Melhoria significativa do indicador de satisfação de colaboradores, ficando acima da meta.

O Programa de Transformação Estratégica encerrou o 1.º semestre de 2026 com um grau de execução global de 62%, em que se destaca:

- Evolução do 1.º Eixo Estratégico, dedicado à evolução da experiência do cliente e à elevação dos níveis de eficiência operacional e comercial.
- Avanços relevantes no 2.º Eixo Estratégico, especificamente na dimensão de suporte ao negócio de crédito, através do crescimento da oferta de crédito pelos canais digitais e na automatização de processos de suporte ao negócio.
- Reforço do suporte operacional, em conformidade com o 4.º Eixo Estratégico pela contínua evolução da infra-estrutura tecnológica e pela estabilização da arquitectura aplicacional dos Sistemas de Informação do Banco.

8.2. Estratégia ESG

No primeiro semestre de 2026, o Banco deu continuidade à implementação da sua Estratégia de Sustentabilidade, orientando a sua actuação pelos compromissos e objectivos nela definidos e reforçando o compromisso de integrar progressivamente os princípios ambientais, sociais e de governação (ESG) na sua actividade e na forma como cria valor para clientes, colaboradores, accionistas, parceiros e comunidades.

A Visão do Banco em matéria de sustentabilidade, formulada na Estratégia aprovada em Novembro de 2024, é a seguinte:

“Aspiramos incorporar os princípios da sustentabilidade no nosso modelo de negócio e contribuir para o desenvolvimento sustentável em Angola.”

A Visão orienta a construção do modelo estratégico, sustenta a definição dos quatro eixos e serve de referência para a identificação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável prioritários do Banco.

A Estratégia de Sustentabilidade estrutura-se em quatro eixos, sendo que a cada eixo estão associados os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável identificados como prioritários, reflectindo a materialidade da actividade do Banco e a sua relevância para o contexto angolano.



Indicadores ESG

O BAI acompanha um conjunto de indicadores ambientais, sociais e de governação, com o objectivo de avaliar a evolução do seu desempenho nestas matérias e reforçar a integração dos princípios de sustentabilidade na gestão da sua actividade.

Riscos climáticos

Os principais riscos climáticos considerados reflectem duas dimensões complementares. Por um lado, os riscos físicos, associados ao aumento da frequência e intensidade de fenómenos climáticos extremos, como inundações e tempestades, com potencial impacto na capacidade produtiva e financeira dos clientes. Por outro, os riscos de transição, decorrentes da evolução do quadro regulatório e das exigências de adaptação a modelos económicos mais sustentáveis.

No 1.º semestre de 2026, o Banco iniciou o reforço progressivo da integração do risco climático no seu sistema de gestão de riscos, alinhado com a evolução regulatória e com as melhores práticas ESG.

Principais desenvolvimentos:

- Identificação preliminar da exposição da carteira a riscos climáticos;
- Monitorização de requisitos regulatórios em sustentabilidade;
- Levantamento inicial de sectores mais vulneráveis.

A análise preliminar da carteira permitiu identificar sectores com maior sensibilidade a estes factores, nomeadamente a agricultura, pecuária, pescas, energia, construção e transportes, caracterizados pela sua dependência de recursos naturais, exposição a variabilidade climática e necessidade de ajustamento a requisitos ambientais crescentes.

Neste contexto, o Banco tem vindo a incorporar, de forma progressiva, elementos relevantes na sua análise de risco, reforçando a consideração de factores sectoriais, enquadramento económico e condições de mercado, com vista a uma melhor compreensão dos potenciais impactos associados às alterações climáticas.

Alinhamento IFRS

O BAI acompanha a evolução das normas internacionais de divulgação de informação financeira relacionada com a sustentabilidade, em particular a IFRS S1 – Requisitos Gerais para a Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas com a Sustentabilidade e a IFRS S2 – Divulgações Relacionadas com o Clima.

Neste âmbito, o Banco tem vindo a reforçar os processos internos de recolha, consolidação e validação da informação de sustentabilidade, tendo em vista a sua progressiva aproximação às boas práticas internacionais de relato e o reforço da consistência e comparabilidade da informação divulgada.

A abordagem adoptada considera a evolução dos requisitos aplicáveis, a natureza da actividade do Banco e o grau de maturidade da informação disponível. Deste modo, a referência às normas IFRS S1 e IFRS S2 traduz uma orientação para o alinhamento progressivo com os respectivos princípios de divulgação, não constituindo, nesta fase, uma declaração de conformidade integral.

9. Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

2023

Pay4all

Constituição da sociedade prestadora de serviços de pagamentos.



Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Declara-se que, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do artigo 143.º do Código dos Valores Mobiliários, tanto quanto é do conhecimento dos abaixo assinados, as demonstrações financeiras, referentes ao semestre findo a 30 de Junho de 2026, as quais compreendem: (i) Balanços consolidado e individual; (ii) Demonstrações dos resultados consolidada e individual; (iii) Demonstrações do rendimento integral consolidada e individual; (iv) Demonstrações das alterações nos capitais próprios consolidada e individual; (v) Demonstrações dos fluxos de caixa consolidada e individual; e (vi) Anexos às demonstrações financeiras consolidadas e individuais, traduzem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do BAI e das entidades incluídas no perímetro de consolidação, no período findo em 30 de Junho de 2026, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS).

Mais se declara que o Relatório de Gestão referente a 30 de Junho de 2026 expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a situação do BAI e das entidades incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que os mesmos se defrontam.

Luanda, aos 28 de Agosto de 2026

Mário Alberto Barber
Presidente do Conselho de Administração

Helder Miguel Aguiar
Vice-Presidente

Luís Filipe Lélis
Presidente da Comissão Executiva

Inokcelina dos Santos de Carvalho
Administradora Executiva

Irisolange Azulay Verdades
Administradora Executiva

José Castilho Manuel
Administrador Executivo

Juvelino da Costa Domingos
Administrador Executivo

Alexandre Augusto Morgado
Administrador Executivo

Antónia Judite Cardoso
Administradora Executiva

Luís Filipe Martins
Administrador Executivo

Victor Manuel Cardoso
Administrador Executivo

João Cândido Fonseca
Administrador Não Executivo

Ana Regina Victor
Administradora Não Executiva

Carlos Manuel Guerra
Administrador Não Executivo

Ana Maria Machado
Administradora Independente

Diogo Miguel Viana
Administrador Independente

Maria João de Almeida
Administradora Independente

10. Demonstrações financeiras intercalares condensadas individuais

2024

BAI Directo

Lançamento da App para Empresas.

2,5 milhões de Clientes Alcance do marco.

Selo Feito em Angola Pioneiro na adesão ao selo no sector bancário.



10.1. Demonstrações financeiras intercalares condensadas individuais

A. Balanço intercalar condensado individual

BALANÇO INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mKz excepto quando expressamente indicado)			
	Notas	30-06-2026	31-12-2025
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	577 837 335	558 331 342
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	235 422 424	105 172 025
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	885 221 569	622 308 554
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	7	724 599 968	823 022 384
Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	8	386 840 612	156 969 906
Investimentos ao custo amortizado	9	805 288 807	1 113 816 990
Crédito a clientes	10	1 364 134 929	1 360 775 118
Outros activos tangíveis	11	183 014 337	132 562 070
Activos intangíveis	11	27 014 877	24 585 804
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	32 480 393	32 530 124
Activos por impostos correntes	13	5 360 003	8 295 618
Activos por impostos diferidos	13	18 063 181	38 909 028
Outros activos	14	75 120 482	62 487 368
Total do Activo		5 320 398 917	5 039 766 331
PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	15	45 001 636	89 806 098
Recursos de clientes e outros empréstimos	16	4 105 053 207	3 796 543 646
Responsabilidades representadas por títulos	17	107 650 780	53 494 151
Passivos por impostos correntes	13	12 230 795	11 542 801
Passivos por impostos diferidos	13	21 785 620	39 033 447
Provisões	18	28 452 632	30 474 566
Outros passivos	19	86 410 884	79 706 017
Total do Passivo		4 406 585 554	4 100 600 726
Capital social	20	505 700 000	157 545 000
Reservas de reavaliação	21	6 913 101	213 380
Outras reservas e resultados transitados	21	285 410 985	485 724 745
Resultado líquido individual do período		115 789 277	295 682 480
Total dos Capitais Próprios		913 813 363	939 165 605
Total do Passivo e dos Capitais Próprios		5 320 398 917	5 039 766 331

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

B. Demonstração intercalar condensada individual dos resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mKz excepto quando expressamente indicado)

	Notas	30-06-2026	30-06-2025
Juros e rendimentos similares calculados pelo método da taxa de juro efectiva	22	229 259 673	213 188 267
Juros e rendimentos similares não calculados pelo método da taxa de juro efectiva	22	60 481 063	29 113 815
Juros e encargos similares	22	(70 962 330)	(59 919 854)
Margem financeira		218 778 406	182 382 228
Rendimentos de instrumentos de capital	23	6 902 563	3 450 242
Rendimentos de serviços e comissões	24	41 113 509	38 275 328
Encargos com serviços e comissões	24	(38 810 049)	(31 824 495)
Resultados de activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados	25	5 961 592	104 906 973
Resultados de investimentos ao custo amortizado	26	4 989 173	160
Resultados de Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	27	4 088 833	-
Resultados cambiais	28	28 400 498	30 024 324
Resultados de alienação de outros activos	29	(163 481)	37 996
Outros resultados de exploração	30	(11 422 462)	(13 052 734)
Produto da actividade bancária		259 838 582	314 200 022
Custos com o pessoal	31	(46 921 324)	(39 388 268)
Fornecimentos e serviços de terceiros	33	(51 669 558)	(43 245 041)
Depreciações e amortizações do período	34	(11 724 824)	(9 754 321)
Provisões líquidas de anulações	35	(914 317)	736 138
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	36	(18 488 745)	(26 303 787)
Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	37	1 548 542	(2 039 756)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	38	2 335 202	(4 145 439)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO		134 003 558	190 059 548
Imposto sobre os resultados			
Impostos correntes	13	(18 214 281)	(11 634 472)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO		115 789 277	178 425 076
RESULTADO LÍQUIDO INDIVIDUAL DO PERÍODO		115 789 277	178 425 076
Acções em circulação	21	19 450 000	19 450 000
Resultado por acção básico e diluído (em kwanzas)	21	5 953	9 174

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

C. Demonstração intercalar condensada individual do rendimento integral

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mKz excepto quando expressamente indicado)			
		30-06-2026	30-06-2025
Resultado líquido individual do período		115 789 277	178 425 076
Outro rendimento integral			
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para resultados do período			
Variações resultantes de ganhos/perdas em instrumentos de capital próprio ao justo valor através de outro rendimento integral			
Valor bruto	21	1 742 035	-
Impacto fiscal	13	(613 351)	-
		<u>1 128 684</u>	<u>-</u>
Itens que serão reclassificados subsequentemente para resultados do período			
Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	21	5 296 029	(15 149 160)
Variações no justo valor	21	3 259 676	3 214 473
Imparidade		<u>5 571 037</u>	<u>(11 934 687)</u>
Resultado não incluído na demonstração dos resultados		<u>6 699 721</u>	<u>(11 934 687)</u>
Total do rendimento integral individual do período		122 488 998	166 490 389

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

D. Demonstração intercalar condensada individual das alterações no capital próprio

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mKz excepto quando expressamente indicado)

	Notas	Capital social	Prémios de emissão	Ações próprias	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados				Resultado líquido individual do período	Total do Capital Próprio
					Reservas de justo valor	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Sub-total		
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		157 545 000	-	-	1 899 542	58 874 858	328 071 116	15 704 752	402 650 726	151 043 671	713 138 939
Aplicação do resultado líquido individual do período											
Transferência para reserva legal	20	-	-	-	-	15 104 367	-	-	15 104 367	(15 104 367)	-
Transferência para outras reservas	20	-	-	-	-	-	83 674 404	(15 704 752)	67 969 652	(67 969 652)	-
Distribuição de dividendos	20	-	-	-	-	-	-	-	-	(67 969 652)	(67 969 652)
Resultado integral individual do período		-	-	-	(11 934 687)	-	-	-	-	178 425 076	166 490 389
Saldos em 30 de Junho de 2025		157 545 000	-	-	(10 035 145)	73 979 225	411 745 520	-	485 724 745	178 425 076	811 659 676
Resultado integral individual do período	21	-	-	-	10 248 525	-	-	-	-	117 257 404	127 505 929
Saldos em 31 de Dezembro de 2025		157 545 000	-	-	213 380	73 979 225	411 745 520	-	485 724 745	295 682 480	939 165 605
Aumentos/(Reduções) de capital social		348 155 000	-	-	-	-	-	-	-	-	348 155 000
Transferência para reserva legal	21	-	-	-	-	29 568 248	-	-	29 568 248	(29 568 248)	-
Transferência para outras reservas	21	-	-	-	-	-	(348 155 000)	-	(348 155 000)	-	(348 155 000)
Transferência para resultados transitados	21	-	-	-	-	-	147 841 240	(29 568 248)	118 272 992	(118 272 992)	-
Distribuição de dividendos	21	-	-	-	-	-	-	-	-	(147 841 240)	(147 841 240)
Resultado integral individual do período		-	-	-	6 699 721	-	-	-	-	115 789 277	122 488 998
Saldos em 30 de Junho de 2026		505 700 000	-	-	6 913 101	103 547 473	211 431 760	(29 568 248)	285 410 985	115 789 277	913 813 363

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

E. Demonstração intercalar condensada individual dos fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mKz excepto quando expressamente indicado)			
	Notas	30-06-2026	30-06-2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		310 522 410	322 125 499
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(95 957 745)	(79 937 450)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(104 979 989)	(83 307 217)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões e outros benefícios		(3 870 142)	(3 001 765)
Recuperação de créditos abatidos ao activo		394 584	4 789 025
Outros resultados		26 770 737	27 164 487
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais		132 879 855	187 832 579
(Aumentos)/Diminuições de activos operacionais:			
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		(261 756 610)	87 235 289
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados		259 053 510	(152 990 180)
Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral		(364 403 197)	(207 649 421)
Investimentos ao custo amortizado		315 941 448	(23 956 900)
Crédito a clientes		(17 762 895)	(251 230 440)
Outros activos		(1 507 736)	(3 795 165)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais		(70 435 480)	(552 386 817)
Aumentos/(Diminuições) de passivos operacionais:			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		(44 554 892)	31 525 287
Recursos de clientes e outros empréstimos		302 658 412	158 205 861
Outros passivos		4 142 988	(8 155 737)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais		262 246 508	181 575 411
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento		324 690 883	(182 978 827)
Impostos sobre o rendimento pagos		(17 526 288)	(19 043 123)
Caixa líquida das actividades operacionais		307 164 595	(202 021 950)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Dividendos recebidos	23	6 902 563	3 450 242
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações	11	(57 844 701)	(17 918 800)
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações	11	(6 423 546)	(325 855)
Caixa líquida das actividades de investimento		(57 365 684)	(14 794 413)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de reembolsos e compras	17	50 000 000	53 459 000
Distribuição de dividendos	21	(147 841 240)	(67 969 652)
Pagamentos de passivos de locação	19	(1 148 525)	(793 548)
Caixa líquida das actividades de financiamento		(98 989 765)	(15 304 200)
Variação de caixa e seus equivalentes		150 809 146	(232 120 563)
Caixa e seus equivalentes no início do período		664 192 410	1 057 879 121
Efeitos da variação cambial em caixa e seus equivalentes		(1 071 472)	3 847 650
Caixa e seus equivalentes no fim do período		813 930 084	829 606 208
Caixa e seus equivalentes engloba:			
Caixa	4	41 351 220	38 367 483
Depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola	4	537 145 755	678 870 377
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	235 433 109	112 368 348
		813 930 084	829 606 208

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

11. Demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas

2025

Crédito Pessoal Online

Lançamento do produto no BAI Directo.

Lançamento do 1.º Relatório de Sustentabilidade.

Oferta Pública de Subscrição de Obrigações

BAI 2026-2031. Lançamento da **Revista Prisma**.



11.1. Demonstrações financeiras intercalares condensadas consolidadas

A. Balanço intercalar condensado consolidado em 30 de Junho de 2026

BALANÇO CONSOLIDADO EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Montantes expressos em milhares de kwanzas - mKz excepto quando expressamente indicado)

	Notas	30-06-2026	31-12-2025
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	625 722 245	609 853 460
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	307 831 019	171 735 808
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	992 578 222	720 720 098
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	7	714 480 392	812 976 983
Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	8	504 960 806	267 100 457
Investimentos ao custo amortizado	9	1 046 636 357	1 361 586 210
Crédito a clientes	10	1 867 894 466	1 871 671 264
Propriedades de investimento	12	4 921 184	5 007 177
Outros activos tangíveis	13	216 936 554	164 022 105
Activos intangíveis	13	32 058 772	30 682 425
Investimentos em associadas	14	25 646 561	25 764 431
Activos por impostos correntes	15	7 649 537	9 653 547
Activos por impostos diferidos	15	59 645 910	41 091 257
Outros activos	16	118 918 756	99 990 949
Total do Activo		6 525 880 781	6 191 856 171
PASSIVO E CAPITALIS PRÓPRIOS			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	17	173 927 965	213 907 785
Responsabilidades representadas por títulos		107 650 780	53 494 151
Recursos de clientes e outros empréstimos	18	4 812 573 376	4 518 217 820
Provisões	19	31 483 742	33 151 186
Passivos por impostos correntes	15	20 651 419	18 605 372
Passivos por impostos diferidos	15	63 123 172	40 530 050
Passivos subordinados	20	9 388 494	8 109 346
Outros passivos	21	193 459 253	176 184 515
Total do Passivo		5 412 258 201	5 062 200 225
Capital Social	22	505 700 000	157 545 000
Reservas de reavaliação	23	117 036 694	114 753 187
Outras reservas e resultados transitados	23	348 150 350	525 941 166
Resultado líquido do período atribuível aos accionistas do BAI	24	128 717 263	317 271 784
Capital próprio atribuível aos accionistas do BAI		1 099 604 307	1 115 511 137
Interesses que não controlam	25	14 018 273	14 144 809
Total dos Capitais Próprios		1 113 622 580	1 129 655 946
Total do Passivo e dos Capitais Próprios		6 525 880 781	6 191 856 171

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

B. Demonstração intercalar condensada consolidada dos resultados do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2026

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS DO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Montantes expressos em milhares de kwanzas - mKz excepto quando expressamente indicado)			
	Notas	30-06-2026	30-06-2025
Juros e rendimentos similares calculados pelo método da taxa de juro efectiva	27	241 086 791	241 331 623
Juros e rendimentos similares não calculados pelo método da taxa de juro efectiva	27	79 981 593	29 595 445
Juros e encargos similares	27	(78 240 997)	(68 169 359)
Margem financeira		242 827 387	202 757 709
Rendimentos de instrumentos de capital		981 326	420 377
Rendimentos de serviços e comissões	28	43 590 212	40 126 580
Proveitos da prestação do serviço de custódia	28	4 672 260	2 640 711
Encargos com serviços e comissões	28	(36 893 505)	(31 433 379)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através dos resultados	29	6 231 857	103 534 219
Resultados de activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	30	4 090 754	104 616
Resultados de investimentos ao custo amortizado	31	5 171 349	171 783
Resultados cambiais	32	28 355 078	30 652 119
Resultados de alienação de outros activos	33	(156 886)	37 996
Outros resultados de exploração	34	(10 362 979)	(5 035 060)
Produto da actividade bancária		288 506 853	343 977 671
Margem técnica da actividade de seguros	35	26 315 699	14 142 608
Produto da actividade bancária e seguradora		314 822 552	358 120 279
Custos com o pessoal	36	(62 296 296)	(51 814 914)
Fornecimentos e serviços de terceiros	37	(70 257 007)	(57 869 124)
Depreciações e amortizações do período	38	(15 181 306)	(12 614 195)
Provisões líquidas de anulações	39	(1 316 456)	807 484
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	40	(18 010 070)	(25 715 289)
Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	41	1 470 980	(2 255 584)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	42	2 703 180	(4 336 128)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	43	878 834	3 304 728
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO E DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM		152 814 411	207 627 257
Imposto sobre os resultados			
Impostos correntes	15	(21 917 550)	(13 861 562)
Impostos diferidos	15	(536 562)	(380 705)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO E ANTES DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM		130 360 299	193 384 990
RESULTADO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM		130 360 299	193 384 990
Interesses que não controlam	26	(2 141 069)	(1 987 169)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL AOS ACCIONISTAS		128 219 230	191 397 821
Número médio de acções ordinárias emitidas	25	19 450 000	19 450 000
Resultado de operações em continuação por acção básico e diluído (em Kwanzas)	25	6 592	9 841
Número médio de acções ordinárias emitidas	25	19 450 000	19 450 000
Resultado líquido por acção básico e diluído (em Kwanzas)	25	6 592	9 841

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

C. Demonstração intercalar condensada consolidada do rendimento integral do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2026

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Montantes expressos em milhares de kwanzas - mkz excepto quando expressamente indicado)						
Notas	30-06-2026			30-06-2025		
	Valor total líquido	Atribuível a accionistas do Banco	Interesses que não controlam	Valor total líquido	Atribuível a accionistas do Banco	Interesses que não controlam
Resultado líquido do período	-	-	-	193 384 990	191 397 821	1 987 169
Outro rendimento integral						
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para resultados do período						
Variações resultantes de ganhos/perdas de activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral						
Valor bruto	24	-	-	-	-	-
Itens que serão reclassificados subsequentemente para resultados do período						
Valor bruto	24	(14 662 448)	(14 662 448)	-	(13 812 801)	(13 812 801)
Imparidade	24	5 655 496	5 655 496	-	3 214 473	3 214 473
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	24	12 452 066	11 999 185	452 881	20 675 184	19 768 602
		3 445 114	2 992 233	452 881	10 076 856	9 170 274
Impacto fiscal	15	(708 726)	(708 726)	-	446 845	446 845
Resultado não incluído na demonstração dos resultados		2 736 388	2 283 507	452 881	10 523 701	9 617 119
Total do rendimento integral do período		2 736 388	2 283 507	452 881	203 908 691	201 014 940
					2 893 751	

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração das alterações no capital próprio

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Montantes expressos em milhares de kwanzas - mKz excepto quando expressamente indicado)

	Capital social (Nota 23)	Prémios de emissão	Ações próprias	Reservas de reavaliação (Nota 24)	Outras reservas, resultados transitados e outro rendimento integral (Nota 24)	Total	Resultado líquido do período (Nota 25)	Total do capital próprio atribuível a accionistas do BAI	Interesses que não controlam (Nota 26)	Total do capital próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	157 545 000	-	-	93 338 977	430 741 161	681 625 138	170 527 271	852 152 409	11 340 425	863 492 834
Outro rendimento integral:										
Alterações de justo valor	-	-	-	(10 151 484)	-	(10 151 484)	-	(10 151 484)	-	(10 151 484)
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	-	-	-	19 768 602	-	19 768 602	-	19 768 602	906 582	20 675 184
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	191 397 821	191 397 821	1 987 169	193 384 990
Total de rendimento integral no período	-	-	-	9 617 118	-	9 617 118	191 397 821	201 014 939	2 893 751	203 908 690
Aplicação do Resultado Líquido do Período:										
Transferência para Reserva Legal	-	-	-	-	15 104 367	15 104 367	(15 104 367)	-	-	-
Transferência para outras reservas	-	-	-	-	155 422 904	155 422 904	(155 422 904)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(67 969 652)	(67 969 652)	-	(67 969 652)	(1 221 760)	(69 191 412)
Aquisições de ações próprias, líquidas de alienações e distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras reservas	-	-	-	-	(5 119 462)	(5 119 462)	-	(5 119 462)	-	(5 119 462)
Saldo em 30 de Junho de 2025	157 545 000	-	-	102 956 095	528 179 318	788 680 413	191 397 821	980 078 234	13 012 416	993 090 651
Outro rendimento integral:										
Alterações de justo valor	-	-	-	2 636 788	-	2 636 788	-	2 636 788	618 301	3 255 090
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	-	-	-	18 777 422	-	18 777 422	-	18 777 422	643 013	19 420 435
Ganhos e perdas actuariais	-	-	-	-	399 860	399 860	-	399 860	-	399 860
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	317 271 784	317 271 784	3 522 690	320 794 474
Total de rendimento integral no período	-	-	-	21 414 210	399 860	21 814 070	317 271 784	339 085 854	4 784 005	343 869 859
Aplicação do Resultado Líquido do Período:										
Transferência para Reserva Legal	-	-	-	-	15 104 367	15 104 367	(15 104 367)	-	-	-
Transferência para outras reservas	-	-	-	-	155 422 904	155 422 904	(155 422 904)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(67 969 652)	(67 969 652)	-	(67 969 652)	(1 221 760)	(69 191 412)
Outras reservas	-	-	-	-	(7 757 474)	(7 757 474)	-	(7 757 474)	(757 861)	(8 515 335)
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	157 545 000	-	-	114 753 187	525 941 166	798 239 353	317 271 784	1 115 511 137	14 144 809	1 129 655 946
Outro rendimento integral:										
Alterações de justo valor	-	-	-	(9 715 678)	-	(9 715 678)	-	(9 715 678)	-	(9 715 678)
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	-	-	-	11 999 185	-	11 999 185	-	11 999 185	452 881	12 452 066
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	128 717 263	128 717 263	2 141 069	130 858 332
Total de rendimento integral no período	-	-	-	2 283 507	-	2 283 507	128 717 263	131 000 770	2 593 950	133 594 720
Aumentos/(Reduções) de capital social	348 155 000	-	-	-	-	348 155 000	-	348 155 000	-	348 155 000
Aplicação do Resultado Líquido do período:										
Transferência para Reserva Legal	-	-	-	-	29 568 248	29 568 248	(29 568 248)	-	-	-
Transferência para outras reservas	-	-	-	-	287 703 536	287 703 536	(287 703 536)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(147 841 240)	(147 841 240)	-	(147 841 240)	(1 688 446)	(149 529 686)
Outras reservas	-	-	-	-	(347 221 360)	(347 221 360)	-	(347 221 360)	(1 032 040)	(348 253 399)
Saldo em 30 de Junho de 2026	505 700 000	-	-	117 036 694	348 150 350	970 887 044	128 717 263	1 099 604 307	14 018 273	1 113 622 580

Demonstração consolidada intercalar condensada dos fluxos de caixa do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2026

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA INTERCALAR CONDENSADA DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Montantes expressos em milhares de kwanzas - mKz excepto quando expressamente indicado)			
	Notas	30-06-2026	30-06-2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		346 639 877	346 727 472
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(100 185 660)	(86 692 222)
Recebimentos/(Pagamentos) de prémios de seguros		2 566 455	(197 456)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(125 903 768)	(99 674 388)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões e outros benefícios		(3 848 136)	(4 941 867)
Recuperação de créditos abatidos ao activo		394 584	4 789 025
Outros resultados		39 059 729	33 815 684
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais		158 723 081	193 826 248
(Aumentos)/Diminuições de activos operacionais:			
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		(293 281 371)	167 758 240
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados		258 656 268	(146 144 760)
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		(372 358 520)	(221 102 158)
Investimentos ao custo amortizado		324 739 095	14 104 668
Crédito a clientes		(29 410 977)	(293 194 410)
Outros activos		(10 173 849)	(13 679 724)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais		(121 829 354)	(492 258 144)
Aumentos/(Diminuições) de passivos operacionais:			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito		(29 580 466)	(76 846 325)
Recursos de clientes e outros empréstimos		304 469 663	144 437 279
Outros passivos		19 132 974	(1 404 500)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais		294 022 171	66 186 454
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento		330 915 902	(232 245 439)
Impostos sobre o rendimento pagos		(21 170 730)	(22 136 745)
Caixa líquida das actividades operacionais		309 745 172	(254 382 184)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Dividendos recebidos		981 327	122 562
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações		(61 577 619)	(18 942 012)
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações		(6 932 733)	(3 284 888)
Caixa líquida das actividades de investimento		(67 529 025)	(22 104 338)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de reembolsos e compras		50 000 000	53 459 000
Aumentos / (Reduções) de financiamentos obtidos		(306 576)	(670 023)
Distribuição de dividendos		(147 841 240)	(67 969 652)
Distribuição de dividendos a interesses que não controlam		(1 688 446)	(1 221 760)
Pagamentos de passivos de locação		(1 514 924)	(952 924)
Caixa líquida das actividades de financiamento		(101 351 186)	(17 355 359)
Variação de caixa e seus equivalentes		140 864 961	(293 841 881)
Caixa e seus equivalentes no início do período		878 272 063	1 043 692 114
Efeitos da variação cambial em caixa e seus equivalentes		(84 916 387)	128 421 830
Caixa e seus equivalentes no fim do período		934 220 637	878 272 063
Caixa e seus equivalente engloba:			
Caixa	4	50 641 280	45 497 558
Depósitos à ordem em Bancos centrais	4	575 740 605	743 543 141
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	307 838 752	89 231 364
		934 220 637	878 272 063

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.



Banco Angolano de Investimentos, S.A., Sociedade Aberta

Complexo Garden Towers, Torre BAI Travessa Ho Chi Minh, Maianga, Luanda - Angola

Tel: (+244) 924 100 100 • C.P.: 6022 • SWIFT: BAIPAOLU

Registo no BNA N.º 40 • Conservatória de Registo Comercial N.º 10/97 • NIF.: 5410000510

Capital Social integralmente realizado: Kz 157 545 000 000

correspondencia@bancobai.ao • www.bancobai.ao